



**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA NA DÉCADA DE 80 E O PAPEL DO ESTADO NAS
REFORMAS ECONÔMICAS.**

NEWTON CANO



**Monografia apresentada ao
Instituto de Economia da
Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do
Prof^º Mário Ferreira Presser**

Campinas

Dezembro/95

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao Prof^º Mário Presser, orientador desta monografia, por sua dedicação, colocações de relevantes idéias, sugestão da bibliografia e revisão de texto durante o processo de orientação. Também ao meu pai, Prof^º Dr. Wilson Cano, pelo seu forte apoio e permanente “olho clínico” nas indagações quanto aos “verdadeiros fatores” indutores de determinados fenômenos. Aos professores de Instituto de Economia, cada um com uma contribuição diferente, mas todas essencialmente importantes para a elaboração deste trabalho.

À minha família, pelo interesse e estímulo e à Estela R. Wonsik, simplesmente pelo carinho e amizade.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 : A INSERÇÃO DOS NICS ASIÁTICOS E DA CHINA NA ECONOMIA MUNDIAL CAPITALISTA NO PÓS-GUERRA.	11
I. OS ANOS CINQUENTA E SESSENTA.....	12
II. OS ANOS SETENTA	17
III. OS ANOS OITENTA E NOVENTA.....	22
CAPÍTULO 2 : CONDIÇÕES INICIAIS PARA A REFORMA.....	25
CAPÍTULO III : AS REFORMAS ECONÔMICAS DA CHINA.	29
I. O ARCABOUÇO TEÓRICO DO CONSENSO DE WASHINGTON.....	30
II. FASES DA REFORMA	34
i. Primeira fase : 1978-1984.....	35
ii. Segunda fase : 1984-1988.....	36
iii. Terceira fase : 1988-1992.....	37
iv. Quarta fase : 1992-1995.....	37
III. A REFORMA AGRÍCOLA	37
IV. A REFORMAS INDUSTRIAL, COMERCIAL E FINANCEIRA.	45
i. O Papel das EDVs e das Estatais.	49
ii. A Política Comercial	52
V. BREVE COMPARAÇÃO ENTRE REFORMAS ADOTADAS NA CHINA E O OCORRIDO NA EX-URSS.....	63
CONCLUSÃO.....	67
BIBLIOGRAFIA.	70

APRESENTAÇÃO

A economia mundial passa por um processo contínuo de amplas transformações em sua estrutura. Desde o final da 2ª Guerra, assiste-se a crescente e rápida intensificação da produção e do comércio internacionais, reconcentração e recentralização da acumulação de capital e crescente liberalização dos fluxos de capitais no mercado financeiro mundial, decorrentes da maior competição entre as economias centrais e do engajamento de novos países ou blocos de países no cenário econômico-geopolítico mundial.

Por outro lado, assiste-se também a um processo de fragilização dos estados-nacionais, tornando-os crescentemente vulneráveis às decisões dos grandes capitais oligopólicos, com menor capacidade de controle e gestão da política macroeconômica, dado o próprio caráter dinâmico com que os capitais podem entrar ou sair de diversos países, afetando enormemente suas condições macroeconômicas.

Observa-se também um processo de "integração econômica regional" (em busca de vantagens comparativas"), através da intensificação de transações comerciais, financeiras e de transferência tecnológica entre países de uma mesma região. Na Europa, o processo de aceleração da União Européia (UE); na América do Norte, a formação do NAFTA; na América do Sul, do Mercosul e do grupo Andino; e, no Pacífico Norte Asiático, o Japão, os "tigres" asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), os "Novos NICs(ASEAN-4)" (Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas) e a China, embora muito distantes de uma integração econômico-política propriamente dita, estão cada vez mais articuladas e beneficiam-se com o crescente dinamismo econômico da região.

Esse processo de rápidas transformações econômico-financeiras e o modo diferenciado com que os países de Terceiro Mundo interagem com elas chamou atenção de alguns estudiosos, embora isto não esteja explícito no trabalho, pois transcenderia a proposta central e suas limitações. Durante o processo de pesquisa sempre tive uma pergunta básica: O que permitiu à China crescer tanto, durante os últimos quinze anos, e promover enorme interesse por parte dos países capitalistas desenvolvidos, recebendo

significativo influxo de Investimento Externo Direto (IED), a ponto de tornar-se o país receptor de maiores fluxos de IED no mundo em 1994.

A investigação dos fatores indutores internos e externos do crescimento sustentado da economia chinesa poderá contribuir para afastar o simplismo de algumas análises sobre o "milagre" chinês. Não são somente as políticas de liberalização comercial e financeira que explicam o seu sucesso, mas sim uma conjunção de fatores, de cunho em grande parte político, a principal determinante do desenvolvimento sustentado da economia chinesa.

Após sua abertura econômica e introdução das reformas estruturais, a China cresceu a taxas médias anuais de 8-10% de 1978 a 1992. Também aumentou significativamente sua presença no comércio mundial, basicamente através das exportações de artigos leves, intensivos em trabalho e com tecnologia difundida. Para se ter uma idéia, a participação das exportações chinesas no comércio internacional dobrou em menos de dez anos, sendo que as de têxteis saltaram de US\$ 6,2 bi em 1984 para US\$ 23,7 bi em 1993. Logrou também obter grande incremento de produtividade com a internalização da tecnologia estrangeira, principalmente proveniente do influxo de IED para a instalação de novas plantas produtivas destinadas às exportações e do *upgrade* tecnológico do setor produtivo estatal.

A teoria neoclássica explicita alguns condicionantes ao crescimento sustentado da economia chinesa e atribui o relativo insucesso das políticas de ajustes de alguns países "emergentes", entre eles o Brasil, à não adoção das regras supostamente necessárias, presentes no Consenso de Washington. O presente trabalho buscará checar a validade de tais condicionantes e investigar que outros fatores, tanto internos quanto externos, também poderiam ter influenciado nos rumos tomados pelas autoridades chinesas no desenvolvimento das políticas em questão.

Vale lembrar que, para entender o grau e a magnitude das mudanças ocorridas na China, devemos sempre ter em mente que se tratava de um país com o modelo socialista ortodoxo, com praticamente todas as características conhecidas. Portanto, os efeitos multiplicadores e aceleradores dos processos de reformas implementados são muito significativos, sobretudo no início do novo ciclo criado, na medida em que se parte de um estado institucional essencialmente rígido e hermético para outro mais flexível e aberto.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho será estudar a economia chinesa nos últimos quinze anos (1979-1994), período coincidente com o início da introdução do pacote de reformas econômicas implementadas pelo PC chinês após a morte de Mao Tsé-Tung em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping na liderança do partido em 1978.

A China foi o único país continental a apresentar altas taxas de crescimento durante a década de 80. Até então, os “milagres” eram característicos de países relativamente pequenos (Hong Kong, Singapura e Taiwan, respectivamente com 6, 2 e 20 milhões de habitantes), médios e extremamente homogêneos (Coreia do Sul e Japão), beneficiados por fatores nitidamente conjunturais, como a Arábia Saudita ou pelo excessivo endividamento externo (Brasil e México).

Trata-se também do primeiro caso histórico de um período de crescimento rápido tão duradouro, atingindo um patamar de taxas anuais médias de 10%, de 1978 a 1992, no mesmo período que as economias centrais e a ampla maioria dos países subdesenvolvidos se retraíam ou cresciam num ritmo muito lento ou ainda passavam por processos de ajuste.

As reformas implementadas foram quatro; a **reforma agrícola**, com maior liberalização para as tomadas de decisões capitalistas com relação à agricultura; a **reforma industrial**, com queda de diversas restrições presentes no sistema socialista anterior e com a adoção de uma política industrial que dava novo tratamento ao capital e à tecnologia estrangeiros; a **reforma comercial**, significativamente interligada à reforma industrial, com a qual o país inicia gradual processo de abertura, estimulando fortemente as exportações de manufaturados intensivos em mão-de-obra; e, por último, a **reforma do sistema financeiro**, visando atrair novos capitais externos de médio e longo prazos e dinamizar o setor financeiro chinês.

A relevância desse estudo é também verificar os impactos dessas reformas, associados ao contexto internacional, não só para a economia chinesa, mas também para a economia regional do Leste Asiático de modo geral, na medida em que, por suposto, o

crescimento econômico da China, cada vez mais aberta ao comércio mundial, afeta o desempenho econômico dos demais países da região.

Além disso, sabe-se que a China é um grande país continental, com aproximadamente um bilhão e duzentos milhões de habitantes e, portanto, amplo mercado consumidor em potencial e vasto mercado de mão-de-obra de baixo custo. Até 1978, sua economia era totalmente controlada por um governo central e planejado, que determinava tudo o que deveria ser produzido, quanto, onde e a que preço deveria ser vendido. A propriedade era sobretudo coletiva ou governamental, a mobilidade da mão-de-obra praticamente nula e o nível de abertura econômica muito baixo.

Do início dos anos 80 para cá, o país se tornou grande absorvedor dos novos fluxos de investimento externo direto (IED). Esse direcionamento estratégico do IED para a China atende a um processo maior de profunda realocação da produção mundial, alterando o papel de países ou bloco de países na nova divisão internacional do trabalho, onde o fechamento ou instalação de plantas, fusões e formação de *joint-ventures*, acompanham tal processo.

Os fluxos associam-se principalmente ao movimento de migração de plantas de tecnologia já difundida e intensivas em mão-de-obra, em busca de maior competitividade internacional através da **redução dos custos**. Porém, não se pode desprezar outro objetivo crucial do capital internacional nesses influxos de IED, que é justamente o de explorar o enorme mercado consumidor chinês.

Além disso, percebe-se que grande parcela desse movimento de IED provém da mesma região, atendendo a um fator político de vital importância: a estratégia dos chamados "chineses do ultramar" ("*overseas chineses*", na maioria empresários que migraram da China continental para principalmente Hong Kong, Taiwan, Indonésia, Malásia e outros países vizinhos, devido à revolução socialista de 1949), ao buscarem estabelecer maior integração econômica com a China, assentando bases produtivas no continente.

Diante de crescente competição com produtos chineses de baixo custo, os *overseas* migraram suas plantas produtivas para o continente em busca do baixo custo da força de trabalho e matéria-prime local. Na verdade, para alguns tipos de produtos, essa era a única forma de competirem com os produtos chineses. Além disso, a ameaça de futura subjugação política também fez com que os *overseas* investissem no continente, o que nos leva a concluir

que, além do fator econômico, as decisões do investimento externo dos *overseas* na China possuem forte caráter político, sobretudo diante de grande incerteza de empresários de Hong Kong quanto às consequências de sua incorporação ao continente, prevista para 1997.

Neste sentido, o movimento intenso de IED em direção à China, está associado, entre outros fatores, à tentativa de antecipação da integração econômica entre esses países e o continente, visando com isso diminuir o grau de vulnerabilidade em relação às políticas futuras impactando suas atividades nos respectivos territórios, caso se concretize a possibilidade colocada cima.

Busca-se também investigar os principais condicionantes, internos e externos, indutores do sucesso econômico chinês. Para isso será necessário analisar o processo histórico da internacionalização da economia mundial, acelerado no pós-guerra, e a inserção dos NICs asiáticos e da China na economia mundial, assunto que será discutido no primeiro capítulo. As hipóteses básicas são: 1^o, tanto o Japão quanto os NICs, considerados fundamentais para o crescimento sustentado chinês, foram altamente beneficiados pelos fatores geopolíticos no contexto da Guerra Fria e 2^o, a intensificação da competitividade internacional e busca de menores custos nos países “emergentes” foi outro fator fundamental para o sucesso chinês.

Outra preocupação deste trabalho é tentar questionar a suposta relação causal entre a abertura econômica chinesa, a suposta redução da intervenção governamental e a liberalização comercial e financeira com seu relativo sucesso econômico, defendida pelos economistas adeptos do **Consenso de Washington**¹.

Enfatizarei, tentando deixar claras as verdadeiras causas do crescimento econômico chinês, que o papel do Estado na posição de **criador, coordenador e direcionador** da política industrial implementada, a abertura caracteristicamente gradual e controlada e a sequência das reformas foram fundamentais para a obtenção dos resultados positivos, tal como ocorreu nos casos do Japão e dos NICs asiáticos.

¹O Consenso de Washington corresponde a um conjunto de doutrinas neoliberais, inicialmente apontadas por J. Williansom e defendidas pelos órgãos econômico-institucionais mundiais presentes na cidade de mesmo nome, tais como o FMI, o BID e o Banco Mundial. Para entender o que é o Consenso, ver capítulo 3, pp. 36-37.

Ao contrário do que pregam os que tentam associar o crescimento sustentado chinês à plena adoção dos mandamentos do Consenso, ele se deve a um conjunto complexo de determinantes, internos e externos ao país, que transcendem em muito a simplificação de atribuir ou não relações entre a política econômica e as práticas neoliberais.

Pretende-se mostrar também, que as características políticas, sociais e institucionais, previamente existentes ao início do processo de reformas, foram, na sua maioria, muito importantes, na medida em que permitiram a alta capacidade de coordenação do Estado durante todo o processo.

O contexto internacional foi e ainda é altamente favorável à China, principalmente após a segunda metade dos 80, quando as economias centrais aceleraram suas reestruturações produtivas, originando massivos movimentos de ampla realocação de investimentos externos, em busca de "vantagens comparativas" e de penetração de novos mercados. Além disso, a política protecionista exercida pelos EUA, sobretudo em relação ao Japão, e a valorização do iene, foram outros fatores estimulantes aos fluxos de IED para a China. O país aparece com marcantes vantagens, tornando-se uma região absorvedora líquida de IED.

A seqüência das reformas implementadas também foi de fundamental importância para o crescimento sustentado com estabilidade macroeconômica. A implementação da reforma econômica anterior à política, próprio da China, difere substancialmente da seqüência das reformas implementadas na ex-União Soviética, onde a abertura política antecedeu a econômica. Será feita breve comparação entre esses dois países, onde busca-se associar o papel de determinada seqüência do processo de reformas à capacidade do país obter crescimento com estabilidade macroeconômica, assunto reservado para o capítulo três.

O trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro, é feita sumária revisão histórica, desde o pós-guerra, enfatizando os processos de intensificação da concorrência inter-capitalista e difusão e esgotamento do padrão de acumulação assentado no modo de produção "fordista" do consumo de massas. Pretende-se mostrar o processo de inserção dos NICs asiáticos e, posteriormente, da China na economia mundial. Por último, faz-se uma análise da atual situação econômica, apontando dois movimentos cruciais: de um lado o processo de **globalização da concorrência** e, de outro, o processo de **internacionalização-**

com-regionalização. Está dividido estrategicamente em três períodos, para melhor compreensão e localização histórica dos fatos. Dos anos cinquenta aos sessenta, os anos setenta e dos anos oitenta aos noventa.

No capítulo dois, investiga-se os condicionantes internos e externos para o sucesso econômico das reformas implementadas a partir de 1978. Este breve capítulo pretende apenas situar o leitor, apontando algumas características econômicas, sociais, políticas e culturais no momento da introdução das reformas. Como já foi dito, é hipótese de que tais condições agiram na sua maioria, positivamente, na direção do crescimento econômico sustentado e prolongado.

O capítulo três inicia-se expondo o arcabouço teórico do Consenso de Washington. A seguir, explicita-se com detalhe as quatro reformas da China, associando-as às políticas industrial, comercial, cambial e de estabilização econômica adotadas, buscando contrapor suas características com as prescritas pelo Consenso. Faz breve conclusão a respeito do programa específico de reformas implementado pela China, apontando-se também alguns possíveis e prováveis problemas pelos quais o país está sujeito a passar nos próximos anos, tendo de certa forma, o presente sucesso ameaçado. Por último, expõe breve comparação entre as reformas chinesas e o ocorrido na ex-União Soviética, enfatizando-se quatro aspectos: 1. A estratégia de política industrial da cada um dos países; 2. As seqüências das reformas, 3. A capacidade de controle do governo sobre as pressões de grupos locais, permitindo a implementação gradual das reformas e 4. Diferenças histórico-estruturais entre os mesmos, dificultando a ocorrência de resultados semelhantes caso ambos tivessem adotado a mesma estratégia político-econômica.

CAPÍTULO 1 : A INSERÇÃO DOS NICS ASIÁTICOS E DA CHINA NA ECONOMIA MUNDIAL CAPITALISTA NO PÓS-GUERRA.

O objetivo central deste capítulo é buscar os fatores que estimularam os processos de industrialização tardia dos quatro países do Leste Asiático num primeiro momento e, posteriormente, na China.

Pretende-se traçar o processo histórico do desenvolvimento econômico mundial e seus impactos nas economias do Leste Asiático e apontar os principais fatores indutores da maior inserção da região na economia capitalista mundial. Para isso, é necessário compreender as profundas modificações econômicas do pós-guerra e a significativa conotação política de algumas estratégias regionais de desenvolvimento, altamente influenciadas pelo conflito ideológico-militar entre EUA e URSS. Acredita-se estar na geopolítica boa parte do forte estímulo para o sucesso das políticas desenvolvimentistas desses países durante o pós-guerra.

Historicamente, as estratégias internas de desenvolvimento econômico viabilizaram-se (na forma e no ritmo em que ocorreram) em virtude da disposição dos EUA por estimular o crescimento econômico daquela região, dentro do contexto da Guerra Fria. Essa disposição pode ser vista também como fruto da própria intensificação da concorrência intercapitalista nos países centrais, cujo capital migrou para novas áreas do globo em busca de vantagens de custo e de novos mercados.

Para entender o processo e a forma com que ocorreu o aumento da inserção dos países asiáticos na economia mundial é necessário portanto compreender inicialmente a estratégia geopolítica desenvolvida pelos EUA para conter o avanço comunista, não só na Europa mas também na Ásia. Essa inserção está associada não somente à própria estratégia geopolítica norte-americana mas também à difusão de seu modo de produção e consumo de massas, à crescente perda de competitividade enfrentada pela economia norte-americana, à ascensão da economia japonesa (produtiva e tecnologicamente) e às relações que os países asiáticos passaram a estabelecer com os centrais.

Três importantes ondas cíclicas refletem a prosperidade dos países asiáticos. Na primeira, em meados dos 60, o Japão já aparece como uma economia candidata à grande potência econômica. Na segunda, durante os 70, os tigres asiáticos lograram obter inserção

específica na economia capitalista. Na terceira onda, já em meados dos anos 80, aparecem os "novos NICs" e a China, esta despontando como grande potência econômica continental.

Para facilitar a análise histórica, a periodização foi dividida em três partes. A **primeira** enfatiza as principais transformações ocorridas nas décadas de 50 e de 60. A **segunda** busca entender a importância dos anos 70 para a região do Leste asiático e a **terceira** analisa as principais transformações que ocorrem nos anos 80 e 90, relevantes para traçar alguns condicionantes essenciais do "boom" econômico chinês.

I. Os anos cinquenta e sessenta.

O pós-guerra configura um período de rápido crescimento da produtividade e da intensificação do comércio internacional entre os países desenvolvidos. Durante o mesmo, assistiu-se a ao progressivo encarecimento da mão-de-obra nos países centrais e a um gradativo processo de internacionalização da produção industrial. Este processo se deveu sobretudo à difusão do padrão industrial e subsequente redução dos preços relativos, causando significativos incremento do salário real.

O período caracteriza-se também pela consolidação da hegemonia político-econômico-militar dos EUA. A criação de novas instituições, tais como a ONU, o FMI e o BIRD (Banco Mundial), são resultantes da própria supremacia dos EUA no mundo capitalista. Altamente favorecidos pelo desfecho da IIª Guerra, os EUA assumiram nitidamente sua posição hegemônica, procurando estabelecer uma nova ordem econômica mundial que lhes favorecesse.

Os objetivos geopolíticos do imediato pós-guerra foram os de desindustrializar e descentralizar o poder econômico da Alemanha e do Japão. Porém, o avanço do comunismo soviético no Leste Europeu e vitórias eleitorais do Partido Comunista em outros países capitalistas levaram à rápida reversão da estratégia inicial.

O novo objetivo embasou-se no fortalecimento econômico da Europa Ocidental e do Japão para conter a ameaça comunista soviética. Os EUA financiaram a reconstrução de ambos e os manteve sob sua influência política e militar.

No mundo ocidental, também acreditava-se que a reaparição do Japão seria fundamental para a estabilidade político-econômica do Pacífico Asiático. Neste sentido, a política de ajuda dos EUA não deveria ser direcionada apenas para a Europa mas inclusive para o Japão, buscando transformar o país num eixo-econômico para a Ásia capitalista. Além disso, os EUA deveriam participar ativamente nos conflitos ideológico-militares que surgissem na região.

A doutrina Truman e o Plano Marshall foram, respectivamente, os alicerces de apoio aos movimentos políticos anti-comunistas e um pacote de recursos destinados à reconstrução européia e japonesa.

A adoção do Plano Marshall permitiu, a médio e longo prazos, maior integração da Europa Ocidental, culminando com a constituição da CEE em 1958. Em segundo lugar, os EUA permitiram desvalorizações maciças das moedas européias, contrariando as determinações estabelecidas em Bretton Woods, porém necessárias à própria estratégia de ajuda aos países europeus. Por último, permitiram também clara discriminação dos produtos norte-americanos por parte da Europa e do Japão, ao mesmo tempo em que abriram seu extenso mercado aos produtos provenientes daqueles países²

No mesmo período, a situação da Ásia era caótica. A região passou a ser crescentemente influenciada pela tentativa de coordenação político-militar norte-americana, principalmente em Taiwan, Coréia do Sul e depois, no Vietnã. As razões estiveram totalmente vinculadas à crescente problemática da Guerra Fria, com a quebra do monopólio nuclear por parte da URSS e com a expansão da revolução chinesa. Diversos envolvimento dos EUA em conflitos armados, entre eles as guerras da Coréia e do Vietnã, deixaram clara a preocupação com os avanços comunistas soviético e chinês.

A presença norte-americana na região foi importante na medida em que permitiu aos países capitalistas da região reduzirem gastos militares ao aceitarem proteção dos EUA, direcionando recursos para outras áreas. Outro fator foi o de inibir a formação de conflitos regionais, conferindo certa "pax asiática", fundamental para o sucesso da estratégia geopolítica norte-americana.

²TEIXEIRA,(1993) , p. 37

Neste contexto, os países do Leste Asiático foram beneficiados pelo significativo influxo de capitais norte-americanos. Deve-se deixar claro que nesse período, os principais canais de entrada de recursos externos nos países em desenvolvimento ocorreram principalmente de três formas: através da ajuda governamental (desde os anos 50), do Investimento Externo Direto (IED) e das transferências de recursos militares, pelas quais a Coreia do Sul foi bastante beneficiada: recebeu ampla ajuda norte-americana durante a Guerra da Coreia e depois foi base militar do exército norte-americano durante a Guerra do Vietnã, o que lhe proporcionou significativa entrada de divisas. Além disso, durante os 60, seus déficits em conta corrente, necessários para sua reestruturação produtiva, foram financiados com expressiva ajuda externa, sobretudo proveniente dos EUA.

Outro país asiático beneficiado pela ajuda governamental dos EUA foi Taiwan, que recebeu um total de 1,4 bilhões de dólares durante 15 anos (1951-1966) e ajuda no controle da inflação.³ No caso de Taiwan, o interesse maior norte-americano era implantar base nuclear no território taiwanês, o que não foi possível devido à forte reação por parte da continente chinês.

Do ponto de vista **produtivo, comercial e financeiro**, os anos 50 se caracterizaram por um período da difusão do padrão de produção e consumo de massa norte-americanos e da consolidação do dólar como meio de pagamento internacional, em detrimento da libra esterlina.

Após o imediato pós-guerra, marcado pela expansão das exportações de manufaturados norte-americanos para o resto do mundo e pelo endividamento financeiro deste contra os EUA, a concorrência intercapitalista intensificou-se com a expansão de filiais de grandes corporações industriais norte-americanas, a partir de meados dos 50. Esse processo de difusão deste padrão de produção e consumo ao mesmo tempo acelerou a reversão da balança comercial dos EUA em relação à Europa e ao Japão, na medida em que as filiais passavam a produzir nesses países parte do que era anteriormente importado dos EUA, como estimulou a concorrência intercapitalista global, na medida em que o capital produtivo europeu, ameaçado pela nova concorrência local, migrava para outras partes do mundo, em busca de maior competitividade e de novos mercados.

³FAJNZYLBBER, F. A Industrialização Trunca em América Latina. p. 103-148.

Esse movimento de migração de empresas multinacionais norte-americanas para novos mercados atendeu à perda de competitividade dessas empresas, decorrente das desvalorizações cambiais das moedas nacionais européias, da perda de mercados na Europa, após o avanço da integração econômica entre os países europeus e da forte penetração de artigos leves e intensivos em mão-de-obra em seu mercado doméstico, provenientes não só da Europa mas também do Japão. O resultado foi crescente pressão sobre sua balança comercial, até então superavitária.

Por outro lado, a migração de empresas multinacionais norte-americanas e européias atendeu sobretudo à necessidade de conquistar novos mercados no mundo, devido ao esgotamento da difusão do padrão de produção de massas, ocorrido dentro do próprio território norte-americano e do europeu ocidental. À migração produtiva, agrega-se a migração financeira, com a abertura de diversas agências de bancos norte-americanos na Europa.

Os EUA passaram a ser, no lugar da Inglaterra, os emissores da moeda internacional, movimento que já se iniciara no início dos 40. Explicitamente a moeda mais forte, devido ao desempenho macroeconômico dos EUA e à sua condição de credor internacional, o dólar consolidou seu papel de meio de pagamento para as transações comerciais e financeiras internacionais. Porém, na medida em que esse desempenho econômico passa a ser ameaçado e o euromercado de divisas constituído, o valor e estabilidade da moeda americana passaram a ser crescentemente questionados.

O Japão se configurou como grande potência econômica e como um grande mercado. O país passou por profunda reestruturação social e econômica, implementou significativa reforma agrária ainda sob o domínio político direto norte-americano, adaptando-se muito bem à nova ordem econômica internacional, e "apadrinhada" pelo interesse geopolítico norte-americano, sua economia logrou obter enormes incrementos de produtividade e elevação dos salários reais. Seu parque industrial tornou-se gradativamente diversificado e passou crescentemente a dominar a economia regional do Pacífico Norte.

No final dos 60, observam-se altas taxas de crescimento nos quatro países do Leste Asiático. Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e Singapura davam claros sinais de prosperidade. Tais países receberam grande influxo de IED e de empréstimos externos.

Estimularam enormemente a produção intensiva em mão-de-obra voltada para a exportação e beneficiaram-se com a significativa transferência tecnológica via IED-*joint-ventures* por parte de empresas japonesas.

A China, nitidamente associada à URSS e completamente hostil aos Estados Unidos durante os 50, torna-se, nos 60, hostil a ambos. Esta década foi marcada pela emergência da política autônoma chinesa, rompendo laços com a URSS, episódio conhecido por “cisma sino-soviético”. Ao final da década, assistiu ao grande salto econômico obtido por seus vizinhos. Neste momento, já era influenciada pelo sucesso japonês e pelos resultados da crescente dominação regional do mesmo, o que sem dúvida influenciou o país em direção às mudanças de atitude que viriam a ocorrer no início da década seguinte.

Havia na China o diagnóstico de que a pobreza estava frustrando as mais urgentes políticas nacionais e de que somente um crescimento econômico mais acelerado poderia atender à estratégia de responder tanto à superioridade soviética quanto à dominação japonesa.

Os principais pontos-chaves desse período foram, portanto :

- O início da guerra-fria, fator fundamental para a mudança estratégica norte-americana em relação ao resto do mundo e para as políticas de influência sobre a região do Leste Asiático.
- A difusão do padrão de produção e consumo dos EUA nos demais países centrais, inclusive o Japão.
- A reconstrução da Europa e a formação de CEE em 1958, o que acarretou numa crescente integração comercial e produtiva e comercial regional, impondo dificuldades à expansão da produção e à penetração de produtos norte-americanos no mercado europeu.
- A reconstrução do Japão, também ingressando no mercado internacional de produção e consumo de massas.
- A consolidação do dólar como meio de pagamento internacional e uma moeda nacional, dependente do desempenho macroeconômico dos EUA.

II. Os anos setenta

Os anos 70 iniciam-se em meio à crise monetária internacional, com a ruptura definitiva do padrão-dólar e a mudança do regime de taxas de câmbio fixas para o de taxas flutuantes. Porém, a crise também é produtiva, com o esgotamento do padrão industrial vigente e saturação da difusão dos bens duráveis nos países capitalistas centrais.

O comércio internacional sofreu significativa retração e as margens de lucro das empresas multinacionais, em grande parte norte-americanas, passaram a ser crescentemente pressionadas pelo alto grau de endividamento contraído nos anos 60 e pelo alto nível de capacidade ociosa, elevando-se os custos produtivo e financeiro e, com eles, agravando-se a inflação e a perda de competitividade no comércio internacional.

Os choques do petróleo foram um fator agravante para o desempenho econômico mundial, na medida em que as tendências contracionistas já estavam presentes desde o final da década de 60.

O agravamento do déficit do balanço de pagamentos dos EUA e a quebra de confiança no dólar, fizeram com que os EUA implementassem uma política de desvalorização gradual do dólar, durante quase toda a década, visando retomar a competitividade externa.

Nos demais países centrais, os ajustes variaram entre ortodoxos e relativamente flexíveis, embora os resultados comuns a todos, em maior ou menor grau, foram redução do nível de atividade, queda do emprego e elevação da inflação.

A redução do crescimento do produto e a reciclagem dos petrodólares elevaram muito a liquidez internacional, o que estimulou grandes volumes de empréstimos, a taxas de juros muito baixas, aos países em desenvolvimento, com destaque para os latino-americanos (Brasil e México) e os países do Sudeste Asiático, destacando-se a Coreia do Sul.

Com relação aos NICs asiáticos, estes passaram durante o período por impressionante ritmo de crescimento econômico. Foram altamente influenciados pelas circunstâncias políticas, institucionais e sociais e também pelo contexto internacional.

Assistiu-se, durante este período para esses países:

- Rápido crescimento do produto;
- rápido crescimento da produção;
- enorme expansão das exportações industrial, e
- significativa elevação da renda per capita e dos salários reais, a despeito do forte controle governamental, comum a todos eles, e do baixo poder sindical.

Freqüentemente, o sucesso econômico do Leste Asiático é exclusivamente atribuído às políticas de total abertura ao comércio internacional, à redução da intervenção estatal e à presença massiva de IED, fatores que, como foi adequadamente colocado por FAJNZYLBBER (1983), "mascaram os fatores realmente indutores do forte ritmo de crescimento".⁴

Os quatro NICs asiáticos estabeleceram vínculos muito fortes entre as políticas industrial e comercial e, para que isso fosse possível, viável e exitoso, utilizaram marcada intervenção estatal no papel de promoção, coordenação e de direção das políticas em questão. Deve ficar claro que a política de exportação implementada pelos NICs exigiu do Estado a concessão de incentivos fiscais para a compra de produtos intermediários destinados à elaboração de exportáveis, de impostos diretos e indiretos para produtos e bens de capital destinados à exportação e financiamentos subsidiados para a aquisição de insumos e investimentos fixos para os exportadores.

Além disso, foram estabelecidas regras claras vinculando importações e exportações ao nível da unidade empresarial e um critério altamente **seletivo** na escolha dos incentivos, combinando com isso as políticas de *export oriented* com as "substituidoras de importação".

Percebe-se aqui um importante vínculo entre as políticas industrial e cambial. Os incentivos listados acima, alteraram significativamente as taxas efetiva de câmbio para as exportações e importações. O caráter seletivo aproxima o regime cambial ao de taxas de câmbio múltiplas, onde a promoção das exportações é sobretudo dinamizada por uma taxa cambial efetiva altamente favorável a determinadas importações⁵. **Trata-se portanto da uma política deliberada de distorção de preços relativos.**

⁴FAJNZYLBBER, *Opcit*, p. 103.

⁵CANUTO, O. Brasil e Coréia : Os (des)caminhos da industrialização tardia, p. 33-34.

A articulação capital privado-Estado apresenta aqui características específicas aos NICs asiáticos, não presentes na mesma intensidade no caso dos NICs latino-americanos. O capital privado, abstraindo algumas diferenças locais, aparece no exemplo asiático como executor da política planejada e determinada pelo Estado e com poder de influência relativamente baixo neste período. A constituição de grandes conglomerados nacionais como os *Chaebols* coreanos, foi um fator que dinamizou e possibilitou tornar mais eficaz a própria política industrial.

A articulação capital estrangeiro-capital nacional também foi peculiar. A inversão externa direta ocorreu amplamente por meio de *joint-ventures*, onde muitas vezes a participação do capital acionário da estrangeira foi minoritária, vindo de encontro a um projeto estratégico governamental de promoção do desenvolvimento econômico com soberania nacional. Nas palavras de FAJNZYLBER (1983), essa idéia pode ficar mais clara :

"Não é a orientação às exportações *per se* a causa dos efeitos dinâmicos sobre a economia, e sim, quando as exportações são resultado do processo local no qual se incorpora e difunde a lógica industrial ao patrimônio local"⁶

A concentração das exportações de bens de consumo intensivos em mão-de-obra obviamente atendeu aos baixos custos da mesma em relação aos países centrais de três modos: 1º, à perspectiva das grandes corporações multinacionais ampliarem sua participação no mercado internacional com redução de custos, num contexto de crescente concorrência intercapitalista e esgotamento do padrão industrial vigente; 2º, à perspectiva de conquistar novos mercados regionais, ainda que de forma reduzida e mais demorada; e, 3º, ao próprios interesses nacionais dos NICs de estabelecerem um tipo específico de inserção na economia capitalista mundial, aproveitando amplamente suas "vantagens comparativas" e elaborando políticas coerentes com o próprio processo de mudança do contexto econômico internacional.

As posturas do GATT e dos EUA durante o período foram também de encontro aos interesses desenvolvimentistas dos países asiáticos: não se preocuparam com as políticas protecionistas e de subsídios às exportações promovidas pelos NICs, pois fazia parte da

⁶FAJNZYLBER, Op cit, p. 104

própria lógica governamental norte-americana desenvolver a região asiática, a despeito da rápida elevação dos déficits comerciais dos EUA em relação à mesma. Outro país que se beneficiou enormemente com a política desenvolvimentista asiática foi o Japão, ao encontrar crescente mercado de bens de capitais para sua indústria, mais do que compensando a perda de competitividade nos produtos intensivos em trabalho em relação aos NICs. Esse mesmo movimento tornaria a ocorrer nos anos 80, com os próprios NICs, investindo em plataformas de montagem para exportação nos “Novos NICs” e na China.

Durante os 70 assistiu-se a uma acentuada valorização do iene frente ao dólar, fato que também parece ter sido importante para o desenvolvimento da região asiática. Lembramos também que, sendo o Japão um país extremamente escasso de produtos naturais, a subida dos preços das commodities no início dos 70 exigiu aceleração do processo de reestruturação de sua base produtiva. Neste contexto, estimulado pela própria valorização do iene, o capital japonês migrou para diversas áreas do mundo, objetivando vantagens comparativas na extração e beneficiamento de recursos naturais.

A perda de competitividade das exportações japonesas foi evitada com amplo processo de *global sourcing*, associado à própria reestruturação produtiva em direção à micro-eletrônica.

A valorização do iene estimulou também a instalação da indústria leve e intensiva em mão-de-obra nos NICs asiáticos, exercendo um papel altamente dinâmico para a região. Ao mesmo tempo, sendo os produtos destinados amplamente ao mercado internacional e não ao mercado doméstico dos NICs, essas plantas necessariamente possuíam um grau tecnológico avançado e fortemente adaptado às exigências internacionais.

O processo de transferência tecnológica descrito acima permitiu a contínua transformação tecnológica do Japão e dos próprios NICs, mais notadamente da Coreia do Sul, que logrou implantar seu parque industrial pesado e automobilístico com tecnologia de ponta e altamente competitiva no mercado internacional. No caso de Taiwan, tal fato ocorreu em menor escala, embora com forte presença estatal. Nos casos de Singapura e Hong Kong, esses se tornam cada vez mais entrepostos comerciais, configurando características um pouco diferentes das aqui presentes.

Outro fator indutor do IED japonês foi a crescente política protecionista norte-americana em relação aos produtos japoneses. Tal fato exigiu que empresas japonesas migrassem para outros países e exportassem por estes, despistando com isso o controle dos EUA sobre suas exportações.

O movimento de IED intra-Leste Asiático, iniciado nos 70, foi bastante significativo, o que permitiu ampla transferência de know-how e de aprendizado tecnológico provenientes do Japão e NICs em direção aos próprios NICs, aos "Novos NICs"⁷ e à China. Porém, é na segunda metade dos anos 80 que este movimento se intensificou, beneficiado pelas próprias mudanças tecnológicas a nível global, que viabilizaram seu dinamismo.

No início dos 70, a China reafirmou relações diplomáticas com os Estados Unidos e na segunda metade da década, "comprou" o pacote de reformas do Pacífico Asiático, espelhando-se sobretudo nos NICs. As principais medidas adotadas foram as de reduzir drasticamente seus gastos militares, iniciar o processo de abertura econômica e subordinar os fatores geopolíticos ao crescimento econômico. Durante os 80, dá continuidade a esse movimento, reatando relações diplomáticas com Taiwan e outros países asiáticos, dá novo tratamento ao capital estrangeiro e implementa amplo processo de reformas estruturais internas, passando a ter sua economia crescentemente orientada pelo e para o mercado, iniciando um novo sistema econômico que, após o XII plenário do PC chinês, em 1992, ficaria conhecido por **"Economia Socialista de Mercado"**.

Respeitando a mudança estratégica, a China passou a adotar uma política bastante conservadora e crescentemente subordinada aos interesses norte-americanos. Retirou o apoio à Coreia do Norte no confronto com a Coreia do Sul e recusou-se a conceder ajuda à primeira em seu programa nuclear, em 1975. Os objetivos faziam parte de uma lógica maior de manter a paz no Sudeste Asiático. Em 1978 reatou relações diplomáticas com o Japão e, em 1979, passou a estabelecê-las com Taiwan.

⁷Os "Novos NICs" também conhecidos na literatura como ASEAN 4 ou "2a onda" dos NICs, compõem os seguintes países: Tailândia, Indonésia, Filipinas e Malásia.

III. Os anos oitenta e noventa.

O início dos 80 foi marcado pela revalorização do dólar e a subida do nível das taxas de juros (obrigando os demais países centrais a promoverem ajustes macroeconômicos), pela profunda crise de endividamento dos NICs latino-americanos e pela intensificação e reestruturação dos NICs asiáticos, o que já vinha ocorrendo.

Associado à drástica alteração do cenário econômico internacional, assistiu-se nos 80 a um acelerado processo de reestruturação econômica mundial, culminando num intenso movimento de capitais a partir da segunda metade da década.

A reestruturação converge para dois movimentos importantes: de um lado, a **"globalização da concorrência"**, na medida em que o espaço econômico mundial é amplamente explorado, criando necessidades de profundas alterações globais na estratégia empresarial; de outro, a **"internacionalização-com-regionalização"**⁸, explícita na aceleração da integração da UE, na constituição do NAFTA, do MERCOSUL e na intensificação das transações comerciais intermediárias e financeiras entre os países do Pacífico Norte Asiático.

Deve-se ficar claro que está longe de ocorrer a formação de um bloco econômico na Ásia tal como ocorreu na América do Norte e Europa, basicamente por três razões:

1. Devido a intensa competição intra-regional, ao contrário da maior complementaridade presente nos outros dois;
2. devido a maioria da produção regional ser destinada para fora da região, reforçando o primeiro fator;
3. pela razão de grande parte do insumo para o tipo de produção regional provir de outras regiões do globo.⁹

Esses pressupostos são no mínimo questionáveis, na medida em que, embora não haja uma relação de complementaridade explícita entre a produção intermediária e final entre os países envolvidos, existe forte relação cooperativa intra-regional na tentativa de ganhar novos mercados em outras regiões.

⁸CANUTO, O, Op cit, p. 139.

⁹CANUTO, O, Op cit, p. 139-158

Esses movimentos estão associados à recuperação da economia norte-americana, a partir de 84, e aos resultados da contínua valorização do iene em relação ao dólar, causando impactos importantes para a economia japonesa, afetando a competitividade de seus produtos e induzindo-a a uma maior abertura internacional.

A regionalização de grandes mercados e a globalização da concorrência estimularam enormemente a volta dos grandes fluxos de IED, assim como a formação de redes de produção de caráter regional. Grande parte desse IED ocorreu sob a forma de fusões, formação de *joint-ventures* e reconversão e troca de plantas entre bases locais. O resultado líquido desse processo pode ser visto pelos dados a seguir: De 1980-88, o estoque de IED intra-UE aumentou de 6% para 11% do total mundial; os EUA tornaram-se o principal país absorvedor de fluxos de IED, elevando sua participação de 18 para 27% do fluxo total e o Japão se tornou o principal investidor externo, passando de 4% para 11% do total mundial.¹⁰

Não se pode esquecer que os intensos movimentos de IED durante esse período estão associados ao processo de liberalização financeira, iniciado ainda nos 70, e às inovações bancárias e tecnológicas, permitindo maior agilidade e liberdade aos fluxos migratórios de capitais.

A região do Pacífico Norte Asiático passou a receber crescente volume de IED, superando a América Latina. Grande parte desses fluxos é composta pelos intra-regionais, tornando-se os NICs os maiores investidores externos dentro da própria região. Provém também do Japão e dos EUA, deixando claro o interesse de montar redes regionais nos setores metal-mecânico e eletrônico, com alto coeficiente de exportação para fora da região.

As atividades de montagem com utilização intensiva de mão-de-obra foram transferidas dos quatro NICs e do Japão para os "Novos NICs" e para a China, o que explica o fato de grande parte do IED para o Leste Asiático originar-se na própria região. Esse fator é fundamental para entender não somente as altas taxas de crescimento econômico da China, mas também o caráter específico de sua inserção econômica, muito mais próxima do modelo dos NICs que do Japonês, a despeito de suas peculiaridades. Este estudo será reservado para o 3º capítulo.

¹⁰CANUTO, O, Op cit, p. 144.

No que diz respeito estritamente à China, a década de 80 se caracterizou pela implementação de seu amplo programa de reformas, iniciado já no final dos 70. As reformas agrícola, industrial, comercial e financeira foram paulatinamente implementadas e liberou-se progressivamente o sistema de produção e de decisões de preços. Seus gastos militares mantiveram-se bastante reduzidos, crescendo abaixo do PIB, o que a permitiu dirigir esforços para outras áreas prioritárias.

No campo geopolítico, o objetivo de obter a cooperação comercial dos EUA fez com que a China reconhecesse Israel e abandonasse a intenção inicial de lucrar com as disputas políticas no Oriente Médio. Recentemente, durante a votação na ONU a respeito da permissão da invasão militar norte-americana ao Iraque, a China, historicamente contrária à política intervencionista ocidental a países do Terceiro Mundo, se absteve, esperando com isso beneficiar-se da cooperação comercial norte-americana.

A China também se reaproximou de Taiwan, de quem se beneficiou enormemente. O continente recebeu forte migração de plantas taiwanêsas de tecnologia difundida e intensivas em mão-de-obra, como os de calçados, brinquedos e têxtil.

Apontaremos no capítulo 2 algumas características da economia chinesa, existentes no momento de implementação do processo de reformas e consideradas fundamentais para explicar o sucesso das medidas adotadas. Este capítulo possui o papel de apenas mostrar ao leitor a importância dessas características para os resultados das políticas implementadas.

No capítulo 3 busca-se entender o processo de crescimento econômico auto-sustentado na China, a taxas médias de 8-10% a.a durante o longo período de quinze anos (1978-1992) e responder às questões colocadas na introdução.

CAPÍTULO 2 : CONDIÇÕES INICIAIS PARA A REFORMA.

A China cresceu de 1952 a 1978 a taxas médias de 5% ao ano. Durante o mesmo período, foi bem sucedida no controle da inflação e também sofreu pouco com problemas de balanço de pagamentos.

Praticamente não passou, durante as décadas de 70 e 80, pela forte instabilidade macroeconômica que atingiu grande parte dos países capitalistas. Tomou empréstimos externos em escalas muito reduzidas até o início da década de 80, fator que teve especial importância na medida em que o país não se tornou financeiramente vulnerável à subida dos juros internacionais, como ocorrido com diversos países do Terceiro Mundo. Em 1979, o estoque total da dívida externa representava apenas 11,5% das exportações, o que confere um baixo índice de endividamento. Ainda, foi durante a década de 80 que a China contraiu a maior proporção de seu endividamento externo, quando justamente os demais países do Terceiro Mundo passavam por fortes dificuldades de obtenção de novos financiamentos.

A aversão histórica à tomada de empréstimos externos por associá-los a um sinal de fraqueza e a busca permanente pela auto-suficiência são fatores que podem explicar a opção pelo baixo endividamento. A tabela 2.1 traz uma comparação do endividamento externo com outros países do Terceiro Mundo.

Como se pode verificar, durante a década de 80, percebe-se que a China se endividou muito menos que outros países em desenvolvimento, fato que parece ter influído bastante para sair praticamente imune à política de subida dos juros internacionais, a qual levou alguns países ao colapso em suas contas externas e à necessidade de adotar fortes políticas de ajuste macroeconômico.

Outro fator que chama a atenção é que, a partir de 86, houve significativo crescimento das tomadas de empréstimos externos pela China, elevando consideravelmente a proporção de sua dívida externa sobre o PIB, num momento em que o crédito internacional se contraiu aos países latino-americanos e se expandiu para os asiáticos.

TABELA 2.1
PAÍSES SELECIONADOS : DÍVIDA EXTERNA COMO PARTICIPAÇÃO DO PIB
1980, 1986 E 1991 (%).

PAÍSES	1980	1986	1991
China	1.5	8.5	16.4
Argentina	48.4	70.5	49.2
Brasil	31.2	43.7	28.8
Tchecoslováquia	---	12	29.5
Hungria	44.8	74.0	77.0
Índia	11.9	21.3	29.7
Indonésia	28	52.2	66.4
Coréia	48.7	45.5	14.4
Malásia	28	86.5	47.6
México	30.5	82.5	36.9
Polônia	---	51.5	61.4
Tailândia	26	45.4	39.1

Fonte : World Bank, World Debt Tables, 1992-1993.

A auto-suficiência permitiu que o país passasse praticamente imune aos dois choques do petróleo. Sendo um grande produtor de petróleo para o próprio mercado interno, os choques não resultaram em pressões significativas nas contas externas e no custo de vida. Além disso, dado o baixíssimo grau de abertura $(X+M)/PIB$, à época, em torno de 8 %, os ajustes ocorridos nos países desenvolvidos durante os 70 e início dos 80 pouco atingiram a economia chinesa.

Outra condição bastante favorável parece ter sido a alta taxa de poupança doméstica. Segundo alguns analistas, a taxa de poupança correspondia, no momento inicial das reformas, a 30-35 % da renda, ou seja, mais alta do que a do próprio Japão no período precedente ao boom econômico. As principais razões para uma taxa de poupança doméstica tão alta seriam o baixo acesso aos mercados e o alto índice de poupança forçada. A poupança doméstica rural representava, em 1978, cerca de 75% da poupança total.

Após o início das reformas, a taxa de poupança doméstica pode ter subido ainda mais, na medida em que os agricultores tiveram suas rendas elevadas com a mudança do sistema de preços. Além disso, as famílias passaram a ter acesso a novas oportunidades lucrativas, como a expansão da área agrícola familiar ou a formação de pequenas empresas rurais, altamente estimuladas pela política do governo. Tal fato parece ter também contribuído para a manutenção da inflação em níveis satisfatórios, pelo menos no início do período.

Durante os anos 60 e 70, as taxas de crescimento chinesas foram bastante inferiores às de alguns vizinhos asiáticos. Durante as três décadas após a revolução de 1949, muito pouco foi o incremento de produtividade e de tecnologia foram muito baixos, a despeito de outros ganhos obtidos na área social.

Em meados dos 70 havia o claro reconhecimento de que se o país não revertesse sua estratégia, a distância tecnológica em relação aos vizinhos seria crescente. Obviamente, o impulso por "correr atrás" da estratégia dos vizinhos associou-se sobretudo a fatores geopolíticos no contexto de agravamento da Guerra Fria. Outro fator importante é que alguns inimigos da China cresciam muito rapidamente, podendo a vir a representar séria ameaça para a China comunista. A tabela 2.2 mostra a comparação entre as taxas de crescimento entre alguns países asiáticos de 1970 a 1976, período imediatamente anterior à introdução do pacote de reformas econômicas na China.

TABELA 2.2
ECONOMIAS SELECIONADAS : TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB E DO PIB PER CAPITA,
1960-1976.

PAÍSES	PIB	PIB per capita
Japão	9.1	8.0
Coréia do Sul	9.6	7.3
Singapura	9.5	7.5
Taiwan	9.0	6.2
Hong Kong	8.7	6.4
Tailândia	7.7	4.6
Malásia	6.7	3.9
Filipinas	5.4	2.4
Indonésia	5.2	3.1
Paquistão	6.1	3.2
Índia	3.5	1.2
Myanmar	2.9	0.7
China	5.7	3.6
Média NICs asiáticos	9.2	6.9
Média - países escolhidos	6.85	4.46

Fonte : World Bank, World Bank Atlas, 1978.

Como visto, tanto o baixo grau de endividamento e o controle macroeconômico quanto a ameaça de potências emergentes na Ásia, sobretudo da URSS e do Japão, além da crescente importância dos NICs no cenário econômico internacional, foram fatores que não

só impulsionaram as autoridades chinesas a transformar o país numa grande força econômico-militar mas também foram de certa forma direcionadoras das mesmas políticas.

Veremos mais detalhadamente no próximo capítulo como se formou o conjunto de condicionantes para as reformas, associando características exclusivamente internas à China à características externas, sobretudo no que diz respeito às mudanças ocorridas na economia mundial e aos reflexos recebidos pelo Leste Asiático.

CAPÍTULO III : AS REFORMAS ECONÔMICAS DA CHINA.

Este capítulo descreve as quatro reformas implementadas pelo governo chinês. A ênfase será dada à reforma industrial, sobretudo no que diz respeito ao papel do Estado e à articulação estabelecida com as políticas comercial e de atração do capital estrangeiro no processo.

Busca-se aqui apontar os principais fatores que permitiram que a economia chinesa crescesse a taxas elevadas, durante um período em que os países capitalistas desenvolvidos passavam por sérias dificuldades e necessitavam implementar, em maior ou menor grau, políticas de ajuste macroeconômico, levando à redução das taxas de crescimento.

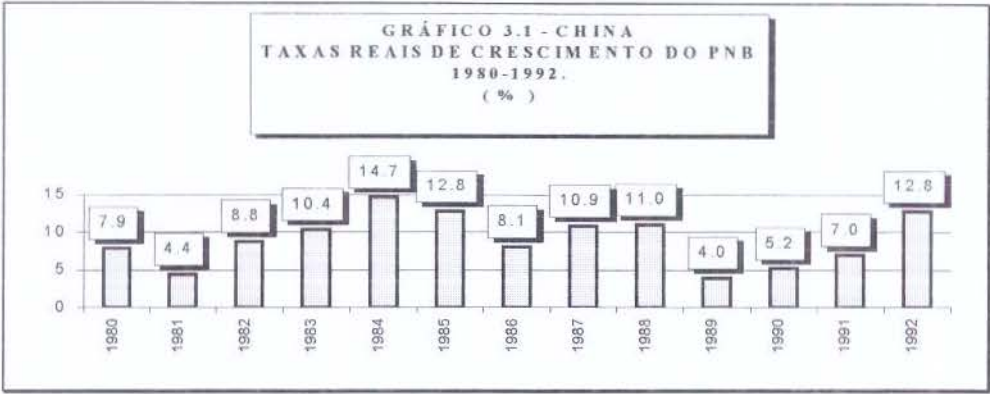
Por outro lado, os países capitalistas em desenvolvimentos passavam, na primeira metade dos 80, por forte processo recessivo, decorrente da subida dos juros internacionais e conseqüente crise de endividamento. Mesmo após a recuperação da economia norte-americana a partir de 1984, estiveram muito longe de obter taxas de crescimento próximas dos níveis alcançados pelos chineses.

Veremos, neste capítulo, que as reformas implementadas, tanto a agrícola, quanto a industrial, comercial e a relacionada ao tratamento dado ao capital estrangeiro foram muito importantes para explicar não só o crescimento mas também os ganhos de produtividade e melhora do padrão médio de vida da sociedade chinesa.

Enfatizaremos a forte articulação presente entre as políticas agrícola, industrial e comercial, que permitiu significativos ganhos com a transmissão dos resultados da cada uma delas para as demais, levando aos ganhos globais conhecidos e mantendo-se a distribuição social da renda. Nesta articulação, o papel do Estado foi muito importante, na medida em que foi capaz de ampliar o difícil processo de incorporar uma economia socialista na esfera capitalista mundial, sem levar seu próprio sistema econômico ao colapso.

Tentaremos mostrar também que o crescimento da economia chinesa está inserido num contexto de intensificação da internacionalização e regionalização do capital, a partir de meados dos 80, movimento que explica a adoção de um conjunto específico de políticas adotado pelas autoridades chinesas.

O gráfico 3.1 abaixo retrata as taxas médias anuais de crescimento do PNB chinês entre 1980-92. Selecionou-se 1980 como o ano inicial por já refletir os efeitos das reformas agrícola e industrial.



Fonte: OVERHOLT, W (1993). pp. 4

Objetiva-se mostrar também que, ao contrário do que prega o Consenso de Washington, as reformas econômicas na China atendem a critérios com relevante peso social, procurando preservar a sociedade de problemas resultantes de um processo de abertura e desregulamentação rápido e descuidado.

I. O Arcabouço Teórico do Consenso de Washington

O Consenso de Washington associa o relativo sucesso do processo de reforma chinês à suposta plena adoção do seu receituário, já bastante conhecido, para as políticas de estabilização e de retomada do crescimento econômico de países em desenvolvimento.

Ao usar o exemplo chinês como caso exitoso de incorporação prática de seu receituário, o Consenso associa a dificuldade de sucesso na estabilização de alguns países “emergentes,” entre eles o Brasil, à não adoção plena de suas regras.

As principais regras do Consenso, conhecidas também como seus “Dez Mandamentos” são:

- Sob a ótica do reajuste macroeconômico: 1. rígida disciplina fiscal; 2. racionalização e controle do gasto público; 3. reforma Fiscal e 4. liberalização Financeira.

- Do ponto de vista do comércio internacional: 1. liberalização das importações; 2. tarifação das restrições quantitativas; 3. remoção dos subsídios para indústrias não-competitivas e 4. unificação e alinhamento da taxa de câmbio.
- No que diz respeito ao desenvolvimento do setor público e estímulo ao setor privado: 1. atração de IED, desregulamentação e respeito aos direitos de propriedade e 2. massivo e rápido processo de privatizações e ruptura dos monopólios públicos.

Adianta-se aqui que o processo de abertura da economia chinesa esteve longe de atender às regras acima colocadas, pois:

i) A reforma e disciplina fiscais visam principalmente reduzir drasticamente a taxa de inflação. No caso chinês, como veremos, durante parte do período, conviveu-se com uma taxa de inflação alta. No mesmo, o país parece ter optado por conviver com taxas anuais de dois dígitos (1988-1989), a implementar um reajuste recessivo, evitando com isso, redução do ritmo do crescimento econômico. Apenas em 1990 o país adotou medidas para conter a inflação, reduzindo-a para apenas 2,1% a.a. (**Gráfico 3.6 : 61**)

ii) A liberalização financeira é considerada parcial e restringida aos influxos de médio e longo prazos. O sistema financeiro continuou integralmente estatal, mesmo após o período de reestruturação. Nem por isso o país deixou de atrair capitais externos. Ao contrário, o influxo de IED aumentou significativamente na última década, cujos dados estão representados na tabela 3.1:

TABELA 3.1
TOTAL DE IED PARA A CHINA.
VALOR ABSOLUTO, ÍNDICE E % NO IED TOTAL PARA O LESTE ASIÁTICO
1986-1992

ANOS	CHINA			LESTE ASIÁTICO	
	US\$ BILHÕES	%	ÍNDICE: 1986=100	US\$ BILHÕES	ÍNDICE: 1986=100
1986	3.3	61.8	100	5.4	100
1987	4.3	50.6	129	8.5	157
1988	6.2	32.7	185	18.9	350
1989	6.3	27.8	188	22.6	419
1990	7.0	18.9	210	37.0	685
1991	12.4	37.4	372	33.2	615
1992	40.8	57.6	1,222	70.8	1311

Fonte: Investment Coordinating Board, Indonésia. in: Long Range Planning (1995). pp 49.

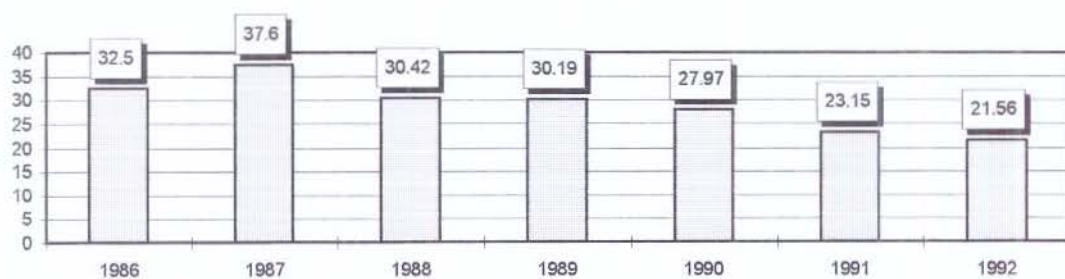
iii) Obviamente, também não ocorreu um processo de plena liberalização das importações. Estas estão concentradas em bens de capital e intermediários. O país ainda mantém forte política de barreiras não-tarifárias às importações, com o estabelecimento de quotas. No caso das barreiras tarifárias, mantém alíquotas superiores a 100%, para diversos produtos. Vale ressaltar, que a opção recente por não entrar na OMC se deve basicamente à política de manter fortes restrições à maior abertura comercial, associada à perda de autonomia de controle governamental sobre a própria política industrial.

iv) Os subsídios às empresas estatais, embora reduzidos, ainda são significativos, sobretudo quando se trata de subsídios indiretos, ou seja, aqueles associados não à produção mas à comercialização do bem. Porém, quando se trata de estatais não-competitivas, percebe-se inclusive significativa elevação dos subsídios, configurando um processo de transferências de recursos intra-firmas estatais. O Gráfico 3.2, mostra a involução dos gastos orçamentários com subsídios a empresas estatais. Porém, os resultados da abertura parecem ter sido tão bons que, mesmo recebendo menos subsídios e não passando por qualquer processo de privatização, o setor estatal logrou crescer e elevar enormemente sua produtividade ao longo do período.

Torna-se importante frisar que os subsídios não se caracterizam exclusivamente por políticas de auxílio ao setor estatal comparativamente ineficiente, em grande parte à própria política deliberada de promover a distorção de preços relativos, de modo a elevar a competitividade global para determinados produtos.

v) O setor produtivo estatal não sofreu qualquer programa de privatização, o que não representou qualquer obstáculo à forte entrada de capital estrangeiro, aos processos de descentralização e desburocratização das decisões empresariais e às altas taxas de crescimento econômico. Ao contrário, a presença do setor estatal na produção e coordenação das reformas permitiu maior eficiência no combate à inflação após a liberalização de preços, estabilidade social e relativa manutenção do *Welfare*.

GRÁFICO 3.2 - CHINA
SUBSÍDIOS ORÇAMENTÁRIOS A EMPRESAS ESTATAIS
PREÇOS CONSTANTES DE 1986.
BILHÕES DE YUAN



Fonte: OVERHOLT, W (1993). pp. 29

Por outro lado, a tabela 3.2 indica um importante fator; analisando alguns itens no gasto governamental total, percebeu-se que, de 1978 a 1989, a participação dos subsídios no PNB total cresceu de 3,2% para 6,2%, o que quer dizer que os subsídios governamentais em hipótese alguma diminuíram, mas ao contrário, elevaram-se significativamente ao longo do período. Percebe-se com isso a ocorrência de um processo de transferência de recursos subsidiados das empresas exclusivamente estatais para as empresas propriamente ligadas ao complexo exportador. A partir de 1985 elevou-se a participação dos subsídios para as empresas, em detrimento da redução dos subsídios para “outros”, fator que está associado tanto ao crescimento dos subsídios ao complexo exportador quanto para as estatais não-competitivas que sofriam consequências da maior abertura externa.

A tabela também sugere a dimensão do processo de descentralização da atividade econômica, refletida pela redução da participação do gasto governamental total sobre o PNB. Indica redução da participação dos gastos em defesa e em investimentos próprios, o que não necessariamente significa redução absoluta do volume dos gastos em questão, dado que o crescimento da PIB foi extraordinário durante o período.

TABELA 3.2 - CHINA
PARTICIPAÇÃO DO GASTO GOVERNAMENTAL NO PNB TOTAL (1978-1989)
ITENS SELECIONADOS

	1978	1979-1981	1982-1984	1985-1987	1988	1989
Gasto total	34,1	33,2	28,5	26,4	22,9	22,7
Defesa	4,7	4,5	3,0	2,1	1,5	1,6
Serviços	5,0	4,2	3,2	2,5	2,1	2,2
Subsídios (1+2)	3,2	6,2	6,8	5,9	5,4	6,2
1. Para Empresas	1,0	0,9	1,3	2,9	3,2	3,9
2. Outros	2,2	5,4	5,5	3,0	2,2	2,4
Gastos com capital	14,9	11,2	7,4	7,4	5,8	4,5

Fonte: Occasional Paper No 76 (1991), pp. 24.

Outro fator relevante para explicar a opção pela não privatização do setor estatal é a questão do emprego; os processos de descentralização, flexibilização e de liberalização das decisões empresariais, ocorridos no campo, estimularam paralelamente a modernização da atividade setorial, com expulsão da mão-de-obra, gerando pressões de desemprego em massa. A introdução de um amplo processo de desestatização agravaria ainda mais esse movimento.

Paralelamente à função produtiva do setor estatal, não se pode esquecer sua função social. Sabe-se que as empresas estatais chinesas desempenham importante papel de suporte ao sistemas educacional e de saúde do país. A maioria das empresas estatais possui escola para os filhos dos funcionários e do povoado local, além de postos de saúde para atendimento da população vinculada à empresa ou à região. Esse parece ter sido outro importante motivo para a opção do governo pela não-privatização.

Em síntese, poderemos perceber que a política de reajuste econômico chinesa apresentou forte grau de intervencionismo estatal sobre as decisões de produção visando com isso dois objetivos principais: 1^a - plena capacidade de gestão das políticas por parte do governo e 2^a - manutenção do programa social do governo socialista.

II. Fases da reforma

Em 1978, durante o III Plenário do Partido Comunista, ficou decidido que a China entraria num amplo processo de reforma priorizando setores-chaves da economia. A estratégia anterior de tentar completar a indústria pesada no país deparava-se com graves

problemas de estrangulamento externo. A nova estratégia deveria voltar-se para o crescimento da indústria leve, voltada em grande parte às exportações e beneficiar-se das "vantagens comparativas" presentes no país.

O projeto, mais tarde conhecido como "As quatro modernizações", enfatizava as reformas Agrícola, Industrial, de Defesa Nacional e das Atividades de Ciência e Tecnologia.

O diagnóstico era de que a estrutura econômica vigente entorpecia o desenvolvimento das forças produtivas e que portanto, dever-se-ia substituí-la por uma nova estrutura econômica socialista. Buscar-se-ia transformar a China num país moderno, poderoso, socialista e democrático; abandonar-se-iam de vez os resquícios da Revolução Cultural. O governo acreditava também que a nova estrutura poderia retirar alguns setores produtivos da estagnação.

Pode-se dividir o processo de reformas em quatro etapas muito claras. Elas refletem a ênfase do governo por determinada sequência de reformas, onde a reforma da agricultura foi a primeira. Tal periodização é chamada convencional. Há outras, como a utilizada por Perkins¹¹ em seu trabalho de 1993, amplamente utilizada em estudos recentes. Ela agrega as reformas agrícola, industrial e comercial dentro de um mesmo período, dada a profunda articulação existente entre as três. Para tornar mais claro o processo temporal das reformas, ela não será adotada no presente trabalho. A escolha da periodização atende à metodologia dos estudos sobre o país, realizados pelo FMI¹². As fases são as seguintes:

i. Primeira fase : 1978-1984.

Reformas agrícola e industrial :

- O governo central elevou os preços agrícolas dos produtos contratados com o Estado e liberou os preços para diversos produtos;
- as tomadas de decisões quanto à produção foram descentralizadas; também houve significativa redução das restrições quantitativas impostas aos agricultores para diversos

¹¹PERKINS (1993).

¹²A metodologia em questão pode ser encontrada nos Occasional Papers especiais sobre a reforma chinesa, de N°s 76 (1991) e 107 (1993).

produtos. O mercado, embora timidamente, passa a ter maior influência na determinação da oferta agrícola;

- diminuíram as restrições ao comércio de produtos agrícolas, estimularam-se a especialização e a diversificação dos cultivos. Nesta fase iniciou-se também a reforma urbana e das empresas rurais, com a expansão das Empresas Distritais ou de Vila (EDVs)¹³;
- instituiu-se o sistema de contrato para o usufruto da terra;
- implementou-se o sistema trinitário de preços¹⁴, visando ao mesmo tempo manter a segurança do nível nominal dos preços agrícolas e permitir a introdução do ganho privado a partir das vendas efetuadas no mercado livre.

ii. Segunda fase : 1984-1988.

Ampliação das reformas e abertura comercial e financeira:

- ampliou-se a reforma urbana;
- expansão da liberalização de preços;
- mudaram os contratos de salários, ligando a remuneração à produtividade individual;
- ampliação do crédito bancário;
- abertura comercial;
- descentralização da arrecadação entre os governos central, provincial e local e criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Para se ter idéia do grau de descentralização, em 1978 a participação da arrecadação central sobre o PNB antes da repartição dos tributos era de 3,1% do PNB enquanto a local correspondia a 23,3%. Em 1991 eram respectivamente 5,6% e 11% do PNB. Após a repartição dos tributos, a proporção entre

¹³As Empresas Distritais ou de Vila são empresas localizadas no campo, com presença mista de controle estatal local e privado. Em geral, produzem bens intensivos em trabalho, inicialmente destinados ao mercado interno mas têm elevado sua participação da produção de exportados. A forte expansão das EDVs associa-se em grande medida ao projeto Spark, que visava estimular a geração de emprego e incremento de produtividade do setor industrial leve.

¹⁴ O Sistema Trinitário de Preços foi a política de liberalização gradual de preços implementada pelo governo visando conter agravamento da inflação e especulação sobre determinados produtos. O sistema possuía três formas de precificação de acordo com o grau de importância estratégica do produto para o país. Na primeira, para alguns produtos, o governo fixava os preços e quantidades que deveriam ser vendidas ao Estado. Na segunda, apenas controlava o processo de reajuste de preços após a liberalização e na terceira, permitia que o produto fosse vendido ao preço de mercado.

a arrecadação central e local passam respectivamente de 58,6% e 41,5% (1981) para 45,1% e 54,9% (1991) do PNB, refletindo a política descentralizadora¹⁵.

- promoção de forte abertura ao capital estrangeiro, porém controlada e restringida em grande parte aos capitais de médio e longo prazos;
- reforma do sistema bancário. Nela, manteve-se o monopólio do controle estatal sobre o sistema financeiro. Obrigou o sistema financeiro privado a conceder parcela do crédito total a taxas de juros abaixo das de mercado para as empresas que estivessem com problemas ou para os setores estimulados pela política industrial. Percebe-se aqui o controle estatal sobre o sistema financeiro privado.

iii. Terceira fase :1988-1992.

- Período econômico recessivo das reformas. Austeridade e retração do crescimento econômico, devido à elevação da inflação. Forte controle fiscal. Ajustes fiscal e monetário;

iv. Quarta fase : 1992-1995.

- Retomada do crescimento econômico. Estabelecimento de metas de crescimento a taxas de 7% ao ano;
- aceleração do processo de reforma. Reforma do sistema financeiro, ampliando os mercados de bolsa e de títulos;
- aceleração do processo de abertura econômica e consolidação da definição e objetivos da "Economia Socialista de Mercado".

III. A Reforma Agrícola

O setor agrícola em 1976 encontrava-se em difícil situação. Durante a década de 70, o crescimento da produção agrícola fora menor do que o da própria população. O período da Revolução Cultural (1966-1976) e a intensificação do modelo voltado à auto-suficiência alimentar regional representaram *ex-post* um grande empecilho ao aumento da produtividade

¹⁵ Occasional Paper No 107(1993) tabela 13, pp. 51.

agrícola, na medida em que tal política não gerava os resultados pretendidos: ao mesmo tempo em que não abastecia suas respectivas províncias com alimentos e insumos suficientes, caracterizava-se também pelo aproveitamento muito baixo da utilização da terra, com significativa perda de escala.

Durante os 70, o setor agrícola foi bastante negligenciado. Teve importância muito menor do que o industrial. Os gastos governamentais e o dispêndio de divisas basicamente se concentravam na tentativa de desenvolver a indústria de base nacional.

Associado à crescente escassez de alimentos, o aumento de preços dos produtos agrícolas passa a ser forte ameaça à segurança alimentar do sistema socialista chinês, obrigando o governo central a mudar radicalmente a política agrícola, implementando a descoletivização e a adoção do sistema de contrato no campo¹⁶. Porém, objetivava ao mesmo tempo evitar o agravamento da inflação e a volta da experiência histórica de um descontrole de abastecimento alimentar no país. Assim, tais processos ocorreriam sob forte coordenação e planejamento estatal.¹⁷

A reforma agrícola constituiu a primeira das quatro etapas primordiais do processo de reforma da economia chinesa, por uma razão óbvia. Sendo um país enormemente populoso e pobre, com escassez relativa de terras aráveis e baixo índice de tecnologia incorporada à agricultura, a questão alimentar é de fundamental importância.

Implementou-se amplo processo de racionalização das práticas agrícolas do país. Iniciada em fins de 1977, procurou organizar melhor e planejar com maior eficiência as

¹⁶ O Sistema de contrato no campo foi a forma encontrada pela reforma agrícola para implementar os processos de descoletivização e descentralização da agricultura.

¹⁷ A China passou, logo após a Revolução de 1949, pelo mais amplo processo de reforma agrária de sua História, enorme institucionalização da estrutura social e término do privilégio estrangeiro no país. A intensificação da política de partilha da terra acaba por causar brutal redução da produtividade agrícola. Ao final dos 50 entra em profunda depressão e sofre com o problema de escassez de alimentos. Há estimativas de que 20 milhões de pessoas tenham morrido de fome durante o período 1956-1964.

A intensificação da política de partilha da terra acaba por causar brutal redução da produtividade agrícola. Ao final dos 50 entra em profunda depressão e sofre com o problema de escassez de alimentos. Há estimativas de que 20 milhões de pessoas tenham morrido de fome durante o mesmo período.

A intensificação da política de partilha da terra acaba por causar brutal redução da produtividade agrícola. Ao final dos 50 entra em profunda depressão e sofre com o problema de escassez de alimentos. Há estimativas de que 20 milhões de pessoas tenham morrido de fome durante o período 1956-1964.

decisões de produção agrícola, decisões que foram gradativamente transferidas da responsabilidade do governo central para o local e para os próprios fazendeiros.

A diversificação e a especialização da produção contribuíram enormemente para os significativos ganhos de produtividade ocorridos no setor.

Até 1978, a produção agrícola caracterizava-se pela forma comunal e coletiva. A distribuição dos ganhos era feita per capita, onde os critérios de produtividade individual eram pouco considerados. A propriedade da terra já era em grande parte estatal (90%), resultante da reforma agrária ocorrida logo nas primeiras décadas após a Revolução Chinesa. Os lucros eram apropriados pelo poder governamental central e repassados às províncias e distritos.

A partir de 1979, as terras tornaram-se disponíveis ao usufruto das famílias, que passaram a constituir a unidade básica da produção agrícola chinesa. Mediante o pagamento de taxas e o cumprimento de um contrato com o governo que as responsabilizava pelos cuidados da terra, elas poderiam explorá-la e reter parte de seus lucros. Para evitar um processo de predação das terras, os contratos foram estabelecidos para um período médio de 15 anos.

A distribuição da terra às famílias inicialmente atendia ao critério do número de membros na força de trabalho disponível, mas, com o tempo, as mesmas poderiam ampliar a área cultivada mediante novos contratos. Permitiu-se também a contratação de empregados e contratos de cooperação entre as famílias.

A reforma pode ser dividida em cinco aspectos mais relevantes;

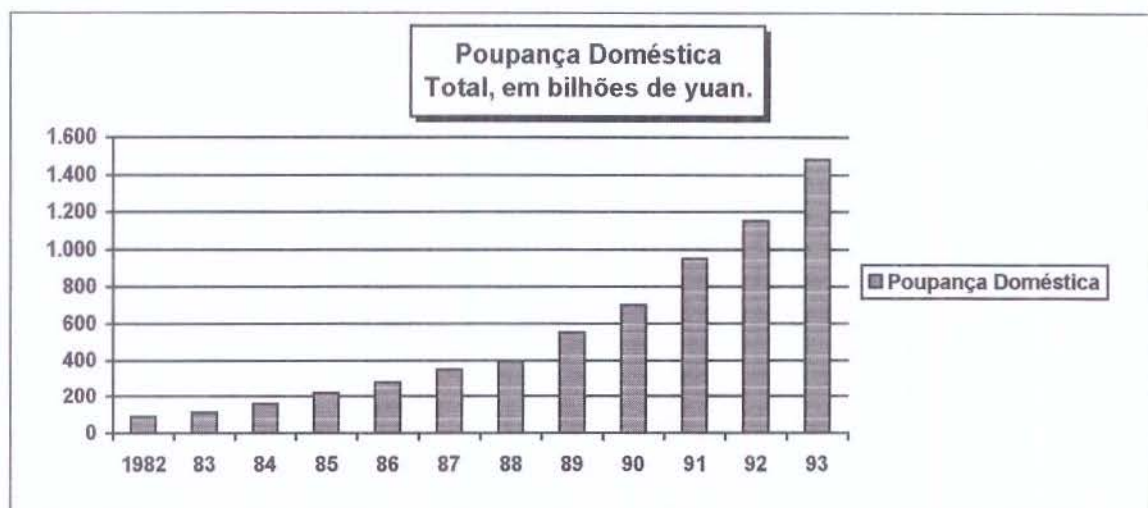
1. Se iniciou com a elevação dos preços agrícolas em 22%, sucedidos de aumentos menores durante o processo. Proibiu-se a prática de controle estatal central sobre as comunas;
2. Criação de um sistema trinitário de preços: Há um primeiro preço, fixado pelo próprio governo, pelo qual o produtor vendia ao Estado determinada quota pré-contratada; um segundo, para determinados produtos, que o governo apenas administra o nível de preços e, por último, o preço livre de mercado, onde a produção que excedesse a quota fixada pelo Estado poderia ser vendida ao mercado ou ao próprio governo, agora sem controle de preços imposto por este;

3. Crescente independência das decisões que passaram da autoridade central para as locais e aos próprios produtores;
4. Substituição da política de auto-suficiência local de grãos para a política de estímulo à diversificação e especialização, levando-se em conta as diferentes condições regionais para o plantio de cada produto;
5. Rápida descoletivização do trabalho, alterando profundamente o modo de distribuição de renda, o que, associado à elevação dos preços agrícolas e à permissão de retenção de parte dos lucros, possibilitou o acúmulo privado da renda, fato então muito raro dentro das “regras” do sistema econômico socialista chinês.

A permissão para a retenção de parte dos lucros pelas famílias parece ter sido não só de fundamental importância para a rápida modernização do campo mas também para o “boom” das EDVs, na medida em que diversos fazendeiros investiram na abertura de diversas plantas industriais rurais.

A questão do reinvestimento assume aqui importante papel; na China, parte dos lucros deve ser obrigatoriamente reinvestida no próprio negócio, o que gerou significativo incremento da demanda global, dinamizando a economia. A retenção dos lucros também possibilitou grande incremento da poupança doméstica, refletindo posteriormente significativa melhora do padrão de vida médio da população e grande impulso ao “boom de consumo”. O gráfico 3.3 mostra o processo de crescimento da poupança doméstica de 1982 a 1993.

GRÁFICO 3.3 - CHINA
VOLUME DE POUPANÇA DOMÉSTICA
BILHÕES DE YUAN



Fonte : *The Wall Street Journal Reports* (12/1993.)

As etapas das reformas foram acompanhadas por um grande ganho de produtividade, diversificação e rendimento dos produtores. Além disso, os resultados da reforma agrícola apontam para significativa elevação do padrão de consumo da população.

A produção de alimentos per capita cresceu na primeira metade dos 80 à taxa de 25% a.a, enquanto que no mesmo período, o crescimento da disponibilidade de alimentos do resto do mundo foi de apenas 3% a.a. O crescimento do consumo de alimentos foi percebido sobretudo a partir da segunda metade dos 80, quando o país passou de um nível de 16% para 20% do consumo mundial de grãos e fibras naturais e de 13% para 14% do consumo mundial de carnes.¹⁸

Uma pesquisa de orçamento familiar, feita em 1986, revelou que o nível de consumo alimentar em 1985 era 81% superior ao de 1978, sugerindo grande melhora do padrão de consumo da população¹⁹. Porém, alguns problemas decorrentes da reforma preocupam as autoridades:

A despeito da enorme queda da participação da importação de alimentos sobre o total importado, sobre o PIB ou sobre o total exportado, assistiu-se à significativa redução da auto-suficiência alimentar do país. Segundo os dados da FAO, encontrados em Anderson

¹⁸ Anderson (1990) pp 71-73

¹⁹ Macedo (1994). pp 23-54

segundo, é a falta de água em grande parte da área arável, exigindo também significativos investimentos em irrigação.

Após a implementação do sistema de contrato, constatou-se para algumas produções uma excessiva fragmentação da terra, perdendo-se com isso economias de escala. Este problema tem sido resolvido com adaptações, através de formação de cooperativas, onde se objetiva justamente racionalizar a partilha de ferramentas, máquinas e equipamentos e do sistema de transporte entre as famílias.

O governo, embora tenha imposto controles, tem dificuldades de induzir os agricultores a elevar determinadas produções. Segundo um economista local, a elevação inflacionária ocorrida ao final dos 80 esteve muito associada à ampliação dos subsídios aos agricultores. Uma possível saída seria aumentar os preços dos produtos contratados com o Estado, que encontram-se sofrendo de escassez, reduzindo-se com isso o excesso de demanda. Porém, tratando-se de bens salariais, isto fatalmente traria como resultados a elevação de preços e queda do padrão de vida.

Há também falta de insumos agrícolas e de armazéns para estocagem de alimentos. Constata-se formação de monopólios neste setor, fator que tem inibido maiores investimentos na agricultura. Esse problema está em grande parte associado ao sistema trinitário de preços, que fixa o preço de determinados insumos agrícolas, desestimulando novos investimentos no setor.

Outro problema decorrente da reforma agrícola é a expressiva expulsão de mão-de-obra do campo. Numa primeira etapa isto se mostrou muito positivo, pois dava sinais claros de ganhos de produtividade no setor e liberava grande quantidade de trabalhadores para as Empresas Distritais ou de Vila (EDVs). Como veremos adiante, o êxodo rural foi muito amenizado pela política governamental de geração de emprego nas EDVs incipientes, através do projeto *Spark*. Porém, aparentemente esgotado o ciclo de rápida expansão das EDVs, a questão do desemprego reaparece como um sério e grave problema; acredita-se que o contínuo processo de expulsão da mão-de-obra não será mais absorvido pelo crescimento industrial.

Como visto, a reforma agrícola possibilitou resultados extremamente importantes para a sustentação do crescimento econômico do país, assim como gerou significativa

melhora do padrão de consumo da população chinesa. Além disso, a permissão para a retenção dos lucros, a descentralização, a “liberalização negociada” para a tomada de decisões, a descoletivização e a instituição do sistema de contrato com as famílias, ocorridos logo no início da reforma, possibilitaram grande racionalização e incremento de produtividade ao mesmo, elevaram a renda doméstica global e aceleraram o processo de mecanização e introdução de novas técnicas e processos agrícolas, dinamizando enormemente o setor agro-industrial, que passou a crescer a taxas muito mais elevadas.

Porém, algumas distorções fizeram-se presentes e ainda não foram seguramente contidas; as maiores pressões por expulsão de mão-de-obra, a queda da auto-suficiência da produção agrícola, a continuidade da predação do solo e da redução da área agrícola disponível, e a crescente alocação de recursos para as atividades agrícolas mais lucrativas, exigem mudanças corretivas em algumas políticas locais. Ao que tudo indica, haverá a necessidade de políticas de subsídios às atividades menos rentáveis, imposição de algumas regras para o uso mais adequado do solo e a permanência da restrição à plena movimentação de trabalhadores desempregados por mais algum tempo.

Não são problemas de fácil solução, sobretudo os que dizem respeito à elevação dos preços dos produtos agrícolas e ampliação dos subsídios. A primeira contribuiria para a subida da inflação, para pressões sobre os salários nominais, e para a perda de competitividade. A segunda, para pressões ainda maiores sobre as finanças do estado, elevando o déficit público.

Estudo feito por Anderson aponta que se a China continuar a crescer em níveis médios da segunda metade dos 80 (já superado nos anos 90), a dependência por importações de alimentos e de insumos naturais, caso do algodão e da lã, será significativamente superior à atual, podendo inclusive afetar no futuro algumas vantagens comparativas que o país ainda possui.²¹

Enfatiza-se novamente que os processos acima apontados explicitaram um amplo papel de planejamento e intervenção estatal, na coordenação e direcionamento das decisões locais e familiares.

²¹ Anderson (1990).

(1990 : 48), percebe-se uma queda do indicador de relação de auto-suficiência. A auto-suficiência agrícola mostra na verdade a relação entre a produção agrícola de um país e a disponibilidade total de alimentos, indicando para cada unidade física produzida, qual é a oferta total de alimentos²⁰. Esse fato torna-se ainda mais grave para o caso chinês, na medida em que os custos de importação de alimentos são significativamente maiores do que os custos de produção doméstica. Se mantidas as projeções de elevação da dependência de alimentos, esta causará a elevação dos gastos de divisas com importação de alimentos, problema ainda mais grave para o caso chinês, cuja estrutura interna de preços é ainda muito diferente da média do mercado internacional. Em suma, a questão não necessariamente associa-se com a capacidade do país por importar alimentos, que é crescente, mas sim à sua segurança alimentar interna.

O país tornou-se também mais dependente de insumos externos para produzir bens manufaturados para o mercado internacional, sobretudo insumos para a indústria têxtil.

Após a liberalização das decisões do que produzir e de quanto produzir, ocorreu significativa realocação de recursos em direção das produções mais lucrativas. A produção de grãos passou a crescer a taxas menores e a de hortaliças decresceu.

Outro problema diz respeito à disponibilidade de terras aráveis para a agricultura. Sabe-se que a China apresenta sério problema de escassez de terras adequadas ao uso agrícola. Apenas 7% de sua área territorial total é arável (1992). A área disponível para o cultivo reduziu-se em 8 milhões de hectares entre 1979 e 1992, o que significa uma queda de 5% na área arável disponível. No lugar, construíram-se habitações, empresas distritais ou de vila (EDVs) e agro-indústrias, cujo número de novas plantas também cresceu expressivamente no mesmo período.

Ainda em relação à disponibilidade de terras aráveis, dois outros problemas têm afetado não só a utilização de terras mas a conseqüente elevação dos custos; o primeiro é a questão da erosão; políticas de aprimoramento de plantio e incentivos à introdução de novas técnicas já foram introduzidos mas ainda mostram-se insuficientes para conter o problema. O

²⁰ Anderson (1990). A relação de auto-suficiência é indicada por: $\text{Produção} / (\text{Produção} + \text{Importações} - \text{Exportações})$.

O sistema trinitário de preços caracterizou-se pela liberalização parcial, impedindo a formação de um processo hiperinflacionário após a descoletivização e liberdade de produção. As autoridades tinham muito claro que a rápida liberalização de preços num país socialista levaria rapidamente a um processo hiperinflacionário.

Pela tabela 3.3 pode-se perceber que o processo de liberalização dos preços ocorreu de maneira gradual, de modo a evitar os problemas já apontados. A grande inflexão ocorre em 1984, quando as autoridades centrais liberam os preços para a maior parte dos produtos. Atualmente apenas os preços dos bens considerados estratégicos são fixados pelo governo, que pretende ter o sistema trinitário extinto até o final da década.

TABELA 3.3
CHINA - SISTEMA TRINITÁRIO DE PREÇOS.
PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO SUBMETIDA A PREÇOS FIXOS, CONTROLADOS E DE LIVRE MERCADO.
(%)

SETOR	1979	1987	1990	1991	1992
1. PRODUÇÃO AGRÍCOLA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
FIXO	92.6	29.4	25.0	22.2	14.6
CONTROLADO	1.8	16.8	23.4	20.0	17.4
LIVRE MERCADO	5.6	53.8	51.6	57.8	68.0
2. PRODUÇÃO INDUSTRIAL	100.0	---	100.0	100.0	100.0
FIXO	97.0	---	44.6	36.0	20.0
CONTROLADO	0.0	---	19.0	18.3	15.0
LIVRE MERCADO	3.0	---	36.4	45.7	65.0
3. VENDAS NO VAREJO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
FIXO	97.0	33.7	29.7	20.9	10.0
CONTROLADO	0.0	28.0	17.2	10.3	10.0
LIVRE MERCADO	3.0	38.3	53.1	68.8	80.0

Fonte: Occasional Paper No 107 (1993)

O sistema de contrato impediu que ocorresse um processo de concentração de rendas mais acentuado, fato comum no processo de abertura dos países do Leste Europeu e da ex-URSS. Isso não quer dizer que não tenha ocorrido tal fenômeno na China. Ao contrário, desde a abertura, percebe-se um processo de crescente desigualdade econômica. Porém, este é relativamente menor, devido à alta taxa de impostos sobre os lucros e a renda e às restrições à aquisição da propriedade particular ainda presentes.

IV. A Reformas Industrial, Comercial e Financeira.

O fato de se tratar essas três reformas conjuntamente se deve à profunda articulação entre as políticas industrial e comercial chinesas. Sabemos que a reforma industrial foi ampla

e não atendeu somente ao objetivo de maior inserção comercial internacional, apesar dos efeitos da reforma industrial possibilitarem um crescente processo de abertura externa.

Iniciada já nos últimos anos da década de 70, a reforma industrial caracterizou-se por uma repentina inflexão da política de planejamento industrial. Diante de crescentes problemas de estrangulamento externo, perda de competitividade e ausência de recursos para completar a indústria de base no país, o governo central foi obrigado a abandonar a estratégia vigente e implementar nova política industrial, direcionada a setores geradores de divisas, fossem altamente beneficiados pelos baixos custos da mão-de-obra interna e, ao mesmo tempo, pelo menos no início do processo, não exigissem grande volume de gastos governamentais para viabilizar a instalação de novas plantas.

Associados a esses fatores econômicos, encontram-se outros, sobretudo de natureza geopolítica, discutidos no capítulo 1, que também induziram a China a abrir-se para o mercado internacional, buscando atrair tecnologia estrangeira, obtendo com isso níveis de qualidade e de competitividade necessários para ganhar mercados externos através de suas plataformas de exportação, a exemplo do que ocorrera com os NICs asiáticos.

Deve-se enfatizar que a reforma industrial chinesa foi essencialmente gradual. O caráter gradual tem, na literatura econômica, mais de um significado. Primeiro, a abordagem neoclássica, considera gradual um processo onde as decisões de produção, investimento e realocação de recursos ocorrem dentro das regras otimizadoras do mercado, ou seja, de acordo com os diferentes potenciais de rentabilidade de cada setor, sem que seja necessária a existência de qualquer intervenção estatal. Assim, o processo de realocação de recursos seria gradual, sem a necessidade de políticas de estímulo a investimentos setorializados.²²

A teoria neoclássica atribui à livre movimentação de capitais a melhor forma de responder às informações que o mercado possui não só a respeito dos preços relativos “reais” mas também das lacunas de mercados existentes. Neste contexto, a dinamização dos setores onde são explícitas as vantagens comparativas, é um processo de realocação natural dentro da lógica econômica racional.

²² Jefferson, G.H & Rawski, T.G (1994) pp 129-171.

O conceito de gradual aqui abordado possui conotação bastante diferente, embora não negue alguns fatos, enfatizados pelos economistas neoclássicos, por exemplo, a existência de um movimento de intensa realocação de recursos após o início das reformas. Porém, atribuem-se aqui razões significativamente diferentes para o mesmo movimento, na tentativa de explicar os verdadeiros fatores indutores da expansão das EDVs, empresas estatais e de capital misto (nacional-estrangeiro) exportadoras e dos enormes ganhos de produtividade logrados pela reforma.

Entende-se por gradual um processo de reformas experimental e localizado. A reforma industrial chinesa foi implementada em algumas regiões muito específicas e, na medida em que as políticas se tornavam comprovadamente eficazes, a mesma política antes localizada, era estendida a outras regiões. Esse tipo de política exige um alto poder de coordenação e controle governamentais.

Segundo Jefferson e Rawski²³, a reforma parcial acelerou o ciclo produtivo através da facilitação da transmissão das pressões da redução de custos e de elevação tecnológica intersetoriais, aumentando-se com isso a competitividade a ponto de proporcionar maior aproximação entre custos relativos e preços de mercado. Ao mesmo tempo, não permitiu a ocorrência de grandes concentrações e reduziu a forte segmentação setorial industrial existente. Embora esse argumento de cunho neoclássico seja verdadeiro, o maior fruto proporcionado pela reforma não parece ter sido apenas o de levar à maior proximidade entre custos e preços mas o de **reconfigurar**, graças ao intenso papel interventor estatal, a própria estrutura industrial da economia chinesa.

A médio prazo, o gradualismo impactou positivamente o processo global de reforma, basicamente por duas razões: primeira, as reformas implementadas de forma localizada poderiam ser testadas antes de assumirem dimensões nacionais, ou seja, caso não se mostrassem eficientes, o governo economizaria tempo e custos ao evitar a adoção de uma política duvidosa; segunda, evitava também possíveis resultados sociais não desejáveis, que ameaçariam as próprias bases dos sistema socialista.

Para os mesmos autores, o modelo de reforma industrial reside em quatro pontos-chaves; 1. Na supervisão descentralizada; 2. Na competição incipiente; 3. Na dependência

²³ Jefferson, G.H & Rawski, T.G (1994). Op cit.

fiscal dos lucros industriais; e 4. Na manutenção do papel estatal de produtor, coordenador e direcionador da política industrial, operacionalizada de forma gradual e negociada.

Principalmente pelo último ponto, a reforma industrial na China difere substancialmente dos chamados modelos ortodoxos devido à manutenção da predominância do setor público na economia, que logrou elevar em muito sua produtividade, a despeito da inexistência de qualquer programa de privatização. Além disso, durante 1980-93, joint-ventures, empresas estrangeiras e privadas nacionais contribuíram com apenas 1/6 dos ganhos incrementais do produto total, o que confere importante grau de contribuição às empresas estatais ou públicas para o crescimento econômico chinês.

De 1980 a 1993, considerando a empresa estatal como uma estrutura coordenada exclusivamente pelo governo central, sua participação no produto total nacional caiu de 75% para menos de 50%. Porém, este significativo declínio reflete a expressiva elevação da participação das EDVs no produto total, cujo controle majoritário pertence aos governos locais e provinciais, mostrando-se que a participação do Estado na produção não diminuiu, apenas descentralizou-se, passando das mãos do poder central para a administração distrital ou provincial. Em 1993, a participação do setor público na indústria, incluindo empresas estatais, distritais e EDVs, ainda excedia 85% do total, enquanto que a participação das empresas estrangeiras privadas não respondiam por mais de 10% da produção total.

Sabe-se também que a ampla maioria do influxo total de IED entre 1980-93 destinou-se à produção de manufaturados leves exportáveis, localizados nas regiões costeiras, sobretudo na de Guangdong, a qual, no mesmo período, captou 60% desses recursos. Mesmo com alta concentração de captação de IED, as províncias costeiras tiveram reduzida expansão na participação do PIB total; em 1978, esta era de 30% do PIB total. Em 1993, era de aproximadamente 35%, sugerindo que outros setores, localizados nas províncias centrais também cresceram expressivamente, embora em menor intensidade. O mesmo não pode ser dito para o caso das exportações, onde as mesmas províncias elevaram enormemente suas participações no valor total exportado.

O cruzamento das informações acima nos leva a pensar que o investimento do setor público estatal chinês não só cresceu muito, basicamente nos setores de bens de capital e intermediários, mas também logrou obter importante incremento de produtividade.

O processo de reforma industrial chinês deve ser também compreendido dentro do contexto dos resultados da reforma agrícola. Sabemos que esta promoveu significativos ganhos de produtividade para o setor e forte expulsão de mão-de-obra.

Objetivando evitar a migração em massa, o que poderia causar ameaças ao nível de vida nas cidades., o governo central implementou um conjunto de políticas visando incentivar a abertura de empresas industriais localizadas no campo. Além disso, as empresas instaladas também não poderiam contar com grandes incentivos diretos governamentais, embora recebessem muitos incentivos indiretos. Esse tipo de empresa ficou conhecido como Empresa Distrital ou de Vila (EDV). O tipo de empresa implantada deveria atender aos requisitos de empregar um alto volume relativo de mão-de-obra, produzindo principalmente bens intensivos em trabalho, em grande parte destinados ao mercado externo, para o qual as vantagens do baixo custo da força de trabalho eram evidentes. O resultado imediato permitiu com que a economia crescesse substancialmente e os salários nominais permanecessem relativamente estáveis.

i. O Papel das EDVs e das Estatais.

Os resultados da expansão das EDVs são impressionantes: em 1978, havia na China 1,5 milhões de EDVs, empregando aproximadamente 28 milhões de pessoas. Em 1992, o número de empresas havia subido para 19 milhões, empregando mais de 96 milhões de pessoas, respondendo respectivamente por 40% e 25% da geração de emprego e do produção industrial chinesa.

Entre 1978 e 1992, as EDVs cresceram em média 19,9% a.a e contribuíram com uma taxa anual de crescimento da absorção de mão-de-obra equivalente a 9,2%, notavelmente acima da média anual do crescimento industrial e da população, respectivamente. Durante o mesmo período, houve um aumento médio de produtividade de 30%. Pelos dados, nota-se o grau de importância das EDVs para a produção, geração de emprego e desenvolvimento tecnológico do país.

A expansão das EDVs foram viabilizadas sobretudo graças ao programa *Spark*, que objetivou aumentar a geração de empregos e a produtividade industrial na zona rural,

difundir o progresso técnico e promover uma maior inserção internacional da produção manufatureira chinesa.

A maior parte dos gastos do programa destinou-se à ampliação da rede de infraestrutura de transporte e de apoio. Nele, os próprios distritos arcam com 54% das despesas do programa e a província com apenas 36%. Os 10% restantes cabem aos próprios acionistas das EDVs.

Parte dos lucros das EDVs obrigatoriamente são destinados aos gastos de investimento e manutenção da infra-estrutura local, outra parte reinvestida e uma pequena parcela distribuída sob forma de dividendos. Tais regras explicitam claro poder de controle estatal sobre o capital, além de articularem o papel da empresa aos gastos de apoio, desonerando os governos provincial e local de dispêndios diretos exclusivos com grandes obras.

O capital formado pelas EDVs provinha dos governos locais e das próprias famílias bem-sucedidas após a possibilidade de retenção privada dos lucros. Essa segunda característica dá ao conjunto das EDVs um alto grau de articulação com as decisões estratégicas governamentais locais.

Outra questão é que o governo local buscou impulsionar permanentemente a produtividade das empresas locais, na medida em que sua fonte de recursos tributários provém principalmente dos lucros das mesmas. Os lucros industriais são um componente-chave da receita fiscal de qualquer nível de governo na China. Neste aspecto, são os lucros e não as receitas a fonte fundamental de arrecadação governamental. Portanto, quanto mais rentável é o capital global investido, maior a arrecadação de tributos.

Pela mesma razão fiscal apontada acima, as empresas estatais, ao invés de passarem por um maciço processo de sucateamento seguido de privatização, ao contrário, iniciaram o reajuste em busca de redução de custos e de ganhos de produtividade.

O setor estatal passou a estar exposto a um grau de competitividade mais elevado, beneficiando-se da maior troca de informações, da entrada de tecnologia estrangeira e das pressões competitivas impostas pelo setor privado. As estatais também passaram a receber

enorme incremento de gastos em P & D, após a permissão para a retenção de parte do lucro bruto auferido para este fim.

O crescimento do déficit público, ao longo dos anos 80, impulsionou o governo a buscar formas de reverter a situação basicamente de dois modos: primeiro, através da drástica redução dos subsídios às perdas das empresas estatais e, segundo, do estímulo ao crescimento das receitas tributárias via incremento da rentabilidade.

Como resultado, as exportações das empresas estatais cresceram à taxa de 18% a.a durante 1978-1993, refletindo o impacto do incremento de qualidade, diversificação e de redução de custos. As estatais também constituem uma fonte crucial de tecnologia, equipamentos e know-how, fundamentais para o sucesso das EDVs e do setor industrial chinês em geral.

Muitas novas EDVs passaram a competir diretamente com empresas estatais, na medida em que produziam bens substitutos. Por outro lado, as novas EDVs estiveram bastante protegidas, logrando obter reservas de mercados possibilitadas parcialmente pelo sistema de transporte bastante precário e pelas políticas diretas que evitavam a competição intra-regional. A performance de uma estatal ou EDV varia enormemente de uma região para outra.

Em recente estudo²⁴, sugere-se que a participação das empresas estatais apresentando perdas é maior nos centros industriais velhos do que nas províncias com novos parques industriais. Outra importante conclusão é que as EDVs mais dinâmicas encontram-se em regiões onde as estatais são pouco concentradas. Os dados também sugerem que o papel das EDVs foi e tem sido muito importante para a elevação da competitividade das estatais.

O maior grau de competitividade estimulou movimentos de reação empresarial, tais como a intensificação da formação de lobbies em busca de subsídios ou de intervenção direta governamental para que fosse restaurado o patamar de rentabilidade anterior.

O aumento da competitividade não necessariamente contribui positivamente para os cofres públicos: no estudo de Jefferson e Rawski, a redução da taxa de lucro média tem

²⁴ State Statistical Bureau, (1993). in Jefferson, G.H & Rawski, T.G (1994) Op cit, pp 159.

como paralelo a redução da arrecadação tributária, fato que, segundo os autores, foi importante indutor do reajuste do setor estatal. Neste sentido, a necessidade de ajuste é reforçada por este fato.

Associada ao processo de modernização e elevação da produtividade do parque industrial chinês encontram-se a abertura comercial e a financeira.

ii. A Política Comercial

A partir do início das reformas, o governo muda a política comercial. Promove uma desvalorização real da moeda chinesa, processo que persiste até 1985, quando a taxa de câmbio efetiva deixa de estar equilibrada, voltando apenas a ser valorizada durante curto período da “política austera” de 1990-91.

O principal objetivo era evitar uma invasão de importações logo após a abertura comercial. Além disso os controles quantitativos permaneceram praticamente intactos. Para produtos considerados supérfluos, as alíquotas ainda encontram-se em níveis muito elevados, em torno de 100%.

O câmbio desvalorizado estimulou o crescimento das exportações. O relativo sucesso do país vem em grande parte do aumento de sua participação no comércio internacional. As exportações em 1979 foram de US\$ 14,8 bilhões. Em 1992, já atingia US\$ 85 bilhões. (tabela 3.4). Percebe-se, além da mudança absoluta, significativa alteração da pauta de exportações. Para os mesmos anos, a participação dos manufaturados cresceu de 46% para 75% do total exportado.

Historicamente equilibrada, a balança comercial chinesa apresentou características substancialmente diferentes após a reforma, passando a ser crescentemente deficitária até 1990. Porém, tal fato não levou à fuga de capitais; ao contrário, o déficit em conta corrente foi mais do que compensado pela crescente entrada de capitais externos. A elevação do volume de entrada de capitais permitiu os sucessivos déficits comerciais, possibilitando a continuidade da política de importações seletivas.

Com relação à dívida externa, sempre mantidas a níveis muito baixos, elevou-se significativamente a partir de 1983. Porém, o país ainda possui um baixo grau de

endividamento quando se compara o volume da dívida externa com o PIB, as reservas cambiais ou o volume total exportado. Para 1991, a dívida externa total era de US\$ 67 bilhões. No mesmo ano, as reservas totalizavam US\$ 43 bilhões, sendo capazes de cobrir 9 meses de importações. A relação entre a dívida líquida (dívida-reservas cambiais e de metais)/PIB não chegava a 7,5 %. A relação dívida total/PIB era de 18%. O limite-padrão considerado satisfatório para essas relações são, respectivamente 3 meses, 100% e 100%. ²⁵

Em 1990, com o objetivo de reduzir drasticamente a inflação, implementou-se forte ajuste macroeconômico. O saldo comercial passou a ser positivo, tanto pela redução das importações quanto pela expansão das exportações.

A política comercial permitiu enorme elevação do grau de abertura econômica passando de 12,8% em 1978 para 38,6% do PIB, em 1992 (tabela 3.4),²⁶ o que, de certa forma, afetou o saldo comercial na medida em que, de 1980 a 1986, a maior exposição ao mercado externo ocorreu por um crescimento das importações mais acelerados do que das exportações. A partir de 87 já se percebe o bom desempenho das exportações, cuja participação sobre o PIB torna-se crescente, sobretudo durante a fase de estabilização da economia (1990-1991).

TABELA 3.4 - CHINA
EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E GRAU DE ABERTURA
ANOS SELECIONADOS

ITENS	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
EXPORTAÇÕES	18.1	27.3	30.9	39.4	47.5	52.5	62.1	71.9	85.0
IMPORTAÇÕES	20.0	42.3	42.9	43.2	55.3	59.2	53.4	63.8	80.6
SALDO COMERCIAL	-1.9	-15.0	-12.0	-3.8	-7.8	-6.7	8.7	8.1	4.4
EXPORTAÇÕES/PIB (%)	6.1	9.4	11.0	12.9	12.6	12.4	16.8	19.3	19.8
IMPORTAÇÕES/PIB (%)	6.7	14.5	15.3	14.2	14.7	14.0	14.4	17.1	18.8
GRAU DE ABERTURA (X+M)/PIB	12.8	23.9	26.3	27.1	27.3	26.4	31.2	36.4	38.6
PARTICIPAÇÃO NA EXPORTAÇÃO TOTAL MUNDIAL	1.0	1.5	1.6	1.7	1.8	1.8	1.9	2.1	2.1
PARTICIPAÇÃO NA IMPORTAÇÃO TOTAL MUNDIAL	1.0	2.2	2.1	1.8	2.0	2.0	1.6	1.8	2.0

Fonte: Occasional Paper No 107(1993) pp. 62

²⁵ OVERHOLT, (1993). pp. 22-24.

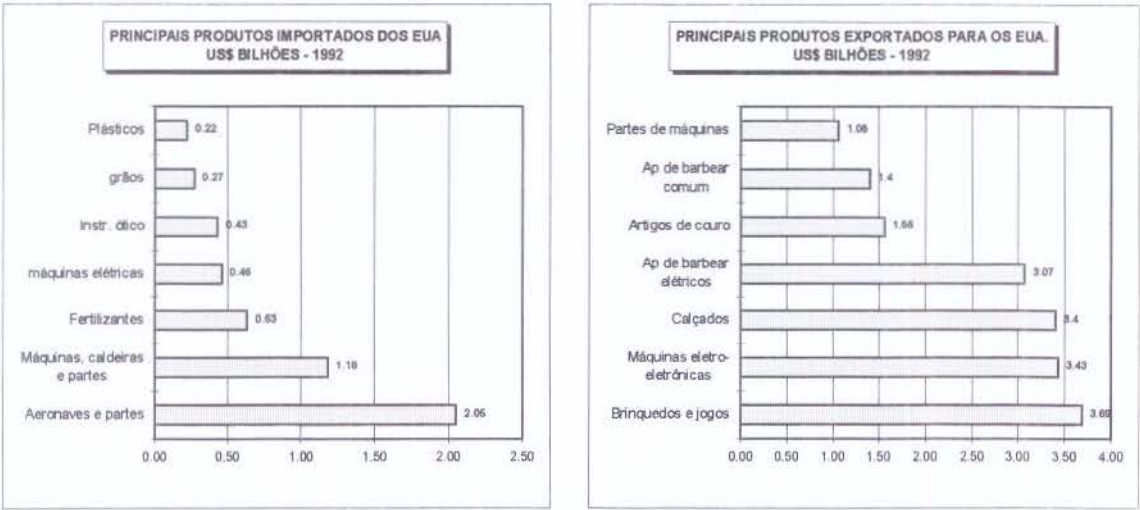
²⁶ Grau de abertura aqui definido como: $(X + M) / PIB$. Fonte: World Development Report - World Bank (1994).

Coerente com a política comercial, a China tem sua pauta de importações amplamente voltada para bens de capital e insumos intermediários para uso industrial. Por outro lado, em sua pauta de exportações destacam-se brinquedos, jogos eletrônicos, calçados e têxteis. Na verdade, essa característica é típica de um país “emergente” asiático com significativa inserção internacional. Tomando como exemplo alguns produtos selecionados do comércio com os EUA, em 1992, o gráfico 3.4 explicita claramente a estratégia comercial adotada.

GRÁFICO 3.4

CHINA - 1992

PAUTA DO COMÉRCIO BILATERAL COM OS EUA



Fonte : *The Wall Street Journal Reports* (12/1993.) pp. R12

Outra importante questão que possui forte relação com a China é o processo de transferência de unidades produtivas dos quatro NICs asiáticos e do Japão para as Zonas Especiais de Comércio (ZEEs) chinesas. Esse processo ocorre em grande parte através da formação de *joint-ventures*.

Existe portanto um forte vínculo entre as políticas comercial e de atração ao capital estrangeiro, ainda não discutido. Pretende-se enfatizar aqui que o processo de crescimento do IED, na maioria proveniente dos próprios NICs, está intimamente ligado ao crescimento

das exportações chinesas, não para estes mesmos países, mas sobretudo para o ocidente, prática semelhante ao ocorrido com os próprios NICs nos 70 e 80. Os dados abaixo indicam tal característica não somente para a China mas para a Ásia em geral, excluindo o Japão. Percebe-se também a queda da participação reletiva das exportações coreanas na pauta de importações da tríade, o que também reflete o movimento de transferência de importações da mesma para os “Novos NICs” e China.

Outra interessante questão é a elevação da participação da China no mercado internacional de produtos leves, intensivos em trabalho e de tecnologia difundida. O gráfico 3.7 ao final deste capítulo indica como variaram as participações dos NICs, do Japão e da China, ao longo dos anos 80, para os artigos de couro e jogos eletrônicos.

TABELA 3.5 - CHINA
EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES ASIÁTICOS PARA A TRIÁDE.
1991

PAÍSES	CEE	EUA	JAPÃO	TOTAL (%)
China e Hong Kong	21	20	20	61
Filipinas	22	18	22	62
Indonésia	30	13	29	72
Coreia do Sul	14	23	20	57
Tailândia	20	17	24	61
Austrália	19	16	22	57
Malásia	16	17	20	53
Nova Zelândia	18	16	16	50

Fonte: Long Range Planning, QUADRO 5, pp. 32.

Boa parte dos insumos dos produtos exportados pela China provém de outros países, principalmente dos NICs e do Japão.

A política comercial exige que, para determinados setores, o valor dos insumos importados para a produção de bens exportáveis se encontre numa faixa entre 30 e 40% do valor de suas exportações, permitindo ao mesmo tempo que as empresas não elevem a

demanda no mercado interno, de modo a não pressionar os preços domésticos, e sejam geradoras de divisas para o país, fator fundamental para a continuidade de importações de bens de capital para a indústria de base chinesa. Esse fator explica o sucesso do processo de abertura, num país em desenvolvimento, sem contudo criar maior vulnerabilidade ou elevação da participação de supérfluos ou bens de luxo na pauta importada.

Em outras palavras, a parcela das importações que compete com a produção doméstica é muito reduzida. Além disso, a política de importações teve importante papel não apenas de *upgrading* tecnológico das estatais preexistentes, mas também na implantação das novas plantas industriais de EDVs e de empresas de capital misto (*joint-ventures*), estas em grande parte associadas aos enormes influxos de IED durante os 80 e primeira metade dos 90.

Embora controlada e restringida, a abertura comercial parece ter trazido consequências muito claras sobre o nível de competitividade intra-industrial. Este aumentou significativamente, levando, de 1978 a 1993 a uma redução da taxa de lucro média industrial. Porém, embora afetasse a rentabilidade, a abertura comercial esteve longe de ameaçar a produção interna. Como já foi mostrado, a política comercial foi e continua sendo altamente seletiva, com maior parcela dos bens importados constituindo-se de bens de capital, linhas de montagem e equipamentos que o país não é capaz de produzir.

Como não poderia ser diferente, a política de incentivos às exportações de manufaturados leves e intensivos em trabalho também está muito articulada com a política industrial. A localização regional foi estrategicamente escolhida pelas autoridades locais. As duas províncias que mais receberam incentivos à implantação de empresas exportadoras foram as de Guangdong e de Fujian, respectivamente as mais próximas de Hong Kong e de Taiwan. Pela mesma razão geográfica, amplamente favorável ao escoamento da produção chinesa e por causa dos incentivos fiscais e pára-fiscais concedidos, foram também as províncias que receberam os maiores influxos de IED.

O governo local oferece diversas formas de incentivos, tais como isenção ou redução de impostos por tempo determinado, menores taxas de juros, subsídios à produção de determinados artigos, aluguel do espaço a baixíssimos custos e dotação da maior parte da

infra-estrutura local de apoio e de transporte, fatores que obviamente repercutem positivamente nos baixos preços dos produtos.

Os fluxos de IED para a China também são resultados do crescente grau de integração entre a China continental e os chamados “chineses do ultramar”²⁷. Esses passaram a investir no continente, abrindo plantas produtivas com destino às exportações. Possuem o privilégio de conhecer a língua e a cultura do continente, facilitando em muito as negociações.

A incorporação de Hong Kong, em janeiro de 1997, parece também ter estimulado o influxo de capital externo ao continente, basicamente por duas razões: primeira, por uma questão de implantação de negócios antes da incorporação, antecipando em relação à entrada de concorrentes e, segunda, por uma questão de forte incerteza em relação ao que acontecerá com Hong Kong após sua anexação ao continente.

A política tributária também vai totalmente em apoio à política industrial; o sistema tributário impõe uma pequena taxa sobre o produto, sobretudo o destinado ao mercado externo. Embora a maior parte da receita tributária provenha dos impostos sobre produtos e serviços, ela é ligeiramente superior à arrecadação sobre o lucro e a renda. O mais importante a ressaltar é que a significativa redução dos encargos sobre o produto também foi outro fator de estímulo à elevação da competitividade externa na medida em que contribuiu para a desoneração dos custos de transação dos produtos chineses.

Essa questão parece ter importância maior do que tem sido dado: associada à redução dos encargos sobre o comércio exterior, encontra-se a desoneração do próprio governo em relação a determinados gastos. Se checarmos os dados extraídos da tabela 3.2, com os da tabela 3.6, ambos abaixo, poderemos facilmente verificar que a redução da participação dos gastos governamentais no PNB foi acompanhada pela redução da participação das receitas no mesmo.

Como vimos, a desoneração do Estado está em grande parte associada à permissão para a retenção dos lucros pelas empresas, que passam a ser as responsáveis pela maioria

²⁷ Os chineses do ultramar compõem o grupo de pessoas que saíram da China após a Revolução de 1949. Nos países hospedeiros, desenvolveram principalmente a atividade comercial e lograram em média acumular capital. Atualmente, a segunda geração da diáspora tem grandes empresários localizados principalmente em Taiwan, Malásia e Hong Kong.

dos gastos em investimento produtivo e de infra-estrutura local. Os dados da tabela 3.6 também refletem claramente esse movimento de transferência: em 1978, o envio de lucro empresarial para o governo representava 19.1% do PNB. Em 1989, apenas 0,4%. Ao mesmo tempo, pela tabela 3.2, percebemos que os gastos governamentais em capital reduziram-se de 14.9% para apenas 4.5%.

Dados extraídos da tabela 3.2 deste trabalho

	1978	1979-1981	1982-1984	1985-1987	1988	1989
Gasto total	34,1	33,2	28,5	26,4	22,9	22,7
Defesa	4,7	4,5	3,0	2,1	1,5	1,6
Serviços	5,0	4,2	3,2	2,5	2,1	2,2
Subsídios (1+2)	3,2	6,2	6,8	5,9	5,4	6,2
1. Para Empresas	1,0	0,9	1,3	2,9	3,2	3,9
2. Outros	2,2	5,4	5,5	3,0	2,2	2,4
Gastos com capital	14,9	11,2	7,4	7,4	5,8	4,5

TABELA 3.6 - CHINA

RECEITAS GOVERNAMENTAIS SOBRE O PNB TOTAL (1978-1989)

ITENS SELECIONADOS.

	1978	1979-1981	1982-1984	1985-1987	1988	1989
Receitas Totais	34,4	30	27	24,8	20,4	20,9
Receitas das Empresas	20,6	17,1	12,5	8,3	5,6	5,2
Envio de lucros	19,1	16,1	11,4	0,4	0,3	0,4
Taxação sobre os lucros	1,5	1	1,1	7,9	5,3	4,8
Impostos sobre:						
Renda e Lucros	21,5	17,8	13,3	8,3	5,6	5,2
Produtos e Serviços	11,3	10,6	10,1	10,6	9,1	9,2
Comércio Internacional	0,8	0,9	1,1	1,8	1,1	1,2
Outros	0	0	1,5	3,2	3	3
Receitas não-tarifárias	0,8	0,8	1	1,3	1,7	3,4

Fonte: Occasional Paper No 76(1991), pp. 23.

A política fiscal exige que a maior parcela dos lucros seja destinada ao reinvestimento e obras de infra-estrutura, impedindo a ocorrência de um processo maior de concentração de renda e poupando o Estado de alguns gastos que normalmente lhe competeria .

A política social, historicamente elevada no mundo socialista, tem papel fundamental na garantia da renda real e do padrão de vida do trabalhador chinês. Recebendo assistência médico-educacional totalmente gratuita, habitação a baixíssimo custo, o salário real chinês não é tão pequeno quanto se imagina, exercendo desde o início das reformas, importante papel na amortização das possíveis pressões por elevação do salário nominal.

Para melhor entender a grande competitividade alcançada pelos produtos chineses, torna-se necessário investigar o tamanho real da economia chinesa e sua estrutura de preços interna, dado que é muito diferenciada em relação à média internacional. O valor em dólares dos principais agregados podem não expressar verdadeiramente o poder de compra real da sociedade.

O cálculo inicial do FMI indicou uma renda per capita de US\$ 370 para o ano de 1992. Deve ficar claro que esse valor é, no mínimo, controverso. Na verdade, o valor encontrado pelo FMI representa um poder de compra relativamente muito maior dentro do mercado doméstico chinês.²⁸

Somente para dar uma idéia do custo de vida avaliado em dólares, foram selecionados alguns preços básicos médios. Para o mesmo ano de 1992, o salário mensal médio chinês encontrava-se próximo de US\$ 30,00.

Com salários mensais em torno desse valor e jornada de trabalho oscilando entre 48 e 52 horas semanais, o custo efetivo da mão-de-obra contabilizado em dólares é muito baixo. Tal característica explica não só boa parte da vantagem comparativa da China e a sua inserção no comércio mundial, fator fundamental de estímulo ao crescimento econômico,

²⁸ Novos estudos foram realizados pela mesma instituição, considerando agora a “Paridade de Poder de Compra” do país, ou seja, relacionando a renda total com o seu poder de compra interno. Chegou-se ao valor de US\$ 1.450. Porém, Lawrence Summers, economista do Banco Mundial, através de um método semelhante, obteve uma renda per capita ainda maior, estimada em US\$2.500.

como também põe em xeque o verdadeiro tamanho do mercado chinês aos produtos estrangeiros, questão que será brevemente discutida no próximo capítulo.

TABELA 3.7 - CHINA
GASTO MÉDIO POR PESSOA COM RENDA MENSAL MÉDIA
de US\$ 30,00
(1992)

ITENS	US\$ - MÊS
MORADIA	1.00
ALIMENTAÇÃO	10.00
TRANSPORTE	0.50
VESTUÁRIO	3.00
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2.00
EDUCAÇÃO E LAZER	1.00
SAÚDE	0.50

Fonte: OVERHOLT, W. (1993) pp.117-119.

Outro fator importante para o crescimento econômico foi a elevação dos influxos de capitais estrangeiros para o país, entre eles os de investimento externo direto. Em 1994, foi o país que mais absorveu capitais no mundo, superando até os EUA, confirmando a tendência apontada em anos anteriores. O país passou a atrair crescente volume de IED sobretudo a partir de 1988, quando a política de maior liberalização à entrada de IED se completou.

Além disso, um importante fator externo contribuiu enormemente para a brutal elevação dos influxos de IED. Durante o período de 1987-1989, o dólar passou por um processo de desvalorização em relação ao iene e ao marco alemão. No mesmo período, os EUA, diante de crescentes problemas de balanço de pagamentos, intensificam também as ameaças de sanções comerciais ao Japão. Fato semelhante ocorre em relação aos NICs Asiáticos, que, vivendo na área de influência do iene, passam por problemas de perda de competitividade e sanções comerciais impostas também pelos EUA.

Intensifica-se também o processo de globalização comercial e financeira, com quedas de restrições às saídas e entradas de capital e de barreiras comerciais em grande parcela do mundo capitalista. Assiste-se à ampla realocação de recursos e avanço nas negociações dos processos de regionalização econômica. A maior internacionalização do capital levou a abertura e/ou fechamento de plantas, a diversas fusões e implantação de plantas de capital misto, em grande parte sob a forma de *joint-ventures*.

Outra importante questão é investigar a origem dos IED em direção à China. A maior parte dos IEDs na China provém de países do próprio Leste Asiático, refletindo o movimento de regionalização colocado acima.

Neste contexto, pode-se perceber que a China beneficiou-se enormemente desse movimento. A tabela 3.1 mostra que os influxos de IED aumentaram significativamente a partir de 1988.

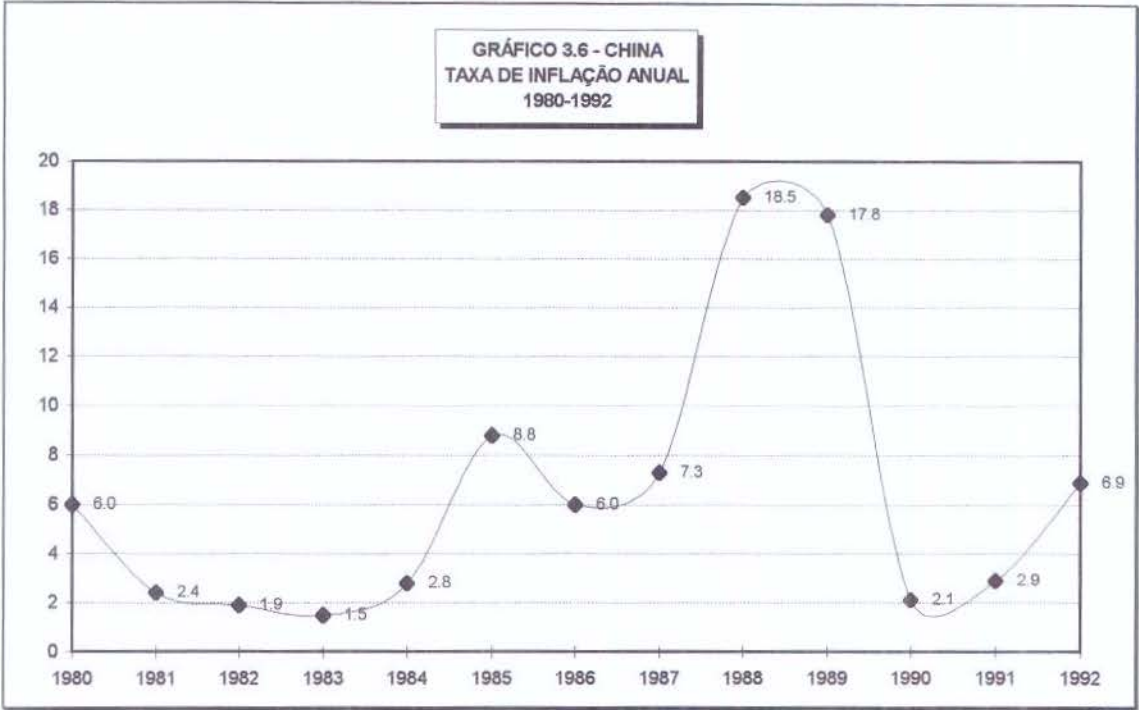
O IED busca sobretudo implantar plataformas de exportação de artigos leves e intensivos em trabalho. Ao mesmo tempo, leva à China um alto teor de know-how de produtos e processos e importa equipamentos de tecnologia avançada para o setor, dinamizando outras esferas industriais, na medida em que as empresas instaladas são obrigadas a comprar todo o capital fixo secundário no mercado doméstico chinês.

A terceira fase da reforma é caracterizada pelo reajuste das contas públicas e redução da inflação. A intensificação da liberalização dos preços na segunda fase trouxe efeitos perversos para a inflação e déficit público. O diagnóstico básico era de que tratava-se de um caso típico de inflação de demanda.

A reforma estrutural da indústria chinesa afetou diferentemente os diversos setores, acabando por agravar ainda mais o desequilíbrio entre oferta e demanda em alguns setores. Os setores de infra-estrutura de transporte e portuária ficaram defasados em relação aos demais. Durante os 80, eles cresceram a taxas menores do que a média. O setor de bens de capital também apresentou características semelhantes.

Os anos de maior subida das taxas de inflação coincidem com os anos onde a liberalização dos preços se intensificou. O agravamento da inflação levou o governo central

a impor um ritmo de crescimento menor. Tal política pode ser percebida para o ano de 1989, quando a taxa de inflação anual se reduziu de 17,8% (1989) para 2.1% (1990).



Fonte: OVERHOLT, W. (1993) pp. 117-119.

A questão da inflação é de especial interesse para o caso chinês. Apesar do enorme sucesso obtido pelas reformas agrícola, industrial e comercial, parece estar claro que a economia chinesa ganha mercados onde o fator custo da mão-de-obra é essencialmente relevante. Neste sentido, a continuidade de altas taxas inflacionárias num ambiente macroeconômico de crescente integração financeira internacional, poderá levá-la a uma crescente perda de competitividade externa. O esforço de reverter o quadro inflacionário de 89 vem de encontro principalmente a essa problemática.

Um fator interessante que merece destaque é que, mesmo com a inflação a nível de 18% a.a., o fluxo de IED não se retraiu, permanecendo estável em torno de US\$ 6 bilhões, o que sugere um alto nível de rentabilidade do setor exportador. Porém, com a economia estabilizada em 1991, o fluxo de IED elevou-se para US\$ 7,3 bilhões. A elevação não pode ser explicada somente pela estabilização econômica, mas sobretudo pelo fato da China ser

cada vez mais uma área de influência do iene, relativamente valorizado durante o período, e da estratégia empresarial da região, altamente associada às mudanças na economia mundial já apontadas.

Conclui-se que as reformas foram extremamente importantes para o crescimento sustentado e os significativos incrementos de produtividade da economia chinesa. Porém, elas sozinhas não explicam tamanho sucesso, sendo portanto necessário articulá-las, primeiro, aos próprios condicionantes considerados cruciais para a implementação bem-sucedida das mesmas; segundo, aos fatores institucionais internos tais como a estrutura de preços e salários doméstica, a estrutura da propriedade, a forma de absorção da renda individual, a preocupação com a não-agressão dos pressupostos do sistema econômico socialista, etc, mantidos ao longo do processo; e terceiro, aos fatores externos, tais como o movimento de intensificação da globalização-com-regionalização da produção, comércio e finanças mundiais.

O processo de inserção econômica chinês guarda enorme semelhança com o ocorrido com os NICs em meados dos 60, tanto sob aspectos econômico quanto políticos. A diferença fundamental é que, no caso chinês, partiu-se de um sistema socialista e pretende-se mantê-lo. Partiu-se também de uma estrutura produtiva extremamente coletivizada onde as decisões estavam enormemente centralizadas.

Além disso, trata-se de um modelo de crescimento econômico longe das regras pregadas pelo Consenso de Washington, na medida em que mantêm a alta participação do setor estatal nas esferas produtiva e como coordenador e direcionador do sistema.

A seqüência das reformas atende ao caráter continental do país. A necessidade da reforma agrícola, em 1976, era evidente e a manutenção da propriedade pública e o direcionamento compulsório dos lucros privados parecem ter sido os fatores mais significativos para evitar-se um forte processo de concentração de renda.

V. Breve comparação entre reformas adotadas na China e o ocorrido na ex-URSS.

Inicialmente muitos acreditavam que a China e a ex-URSS traçavam estratégias muito parecidas e que a primeira tratava-se apenas da "versão empobrecida" da segunda.

Ao contrário, pretende-se mostrar que o estágio atual de desenvolvimento econômico de cada um é resultado de estratégias político-econômica muito diferentes.

A primeira diferença é que a China se antecipou à URSS, iniciando as reformas ainda nos anos 70. A Guerra Fria praticamente impediu que ocorresse significativo processo de diversificação produtiva no segundo.

Em 1978, toma posse o líder Deng Xiaoping tendo como lição as estratégias dos países vizinhos, priorizando quatro **"macro-áreas": A econômica, a política, a administrativa e a financeira.**

A área econômica:

A exemplo dos NICs, a China deu prioridade às indústrias e setores onde fosse possível um reduzido investimento governamental de apoio. Este deveria ser também compatível com um rápido crescimento econômico. Os pontos centrais da política foram:

1. Promoveu a reorganização de terra;
2. Forte estímulo ao investimento externo;
3. Prioridade à pequena e média empresa.

Do ponto de vista microeconômico, as três prioridades acima sugerem algo mais que poderá ser compreendido a seguir.

Taiwan e Hong Kong invadiram o mercado mundial com bens não duráveis (principalmente têxteis, sapatos e brinquedos) durante os 60 e 70. A China adotou a mesma estratégia nos anos 80 e 90.

Ao contrário, a ex-URSS :

1. Negligenciou a questão agrícola;
2. Mostrou-se ambivalente quanto ao investimento externo;
3. Promoveu forte atenção à indústria pesada, a fim de completar o setor de bens de produção moldado à Segunda Revolução Industrial.

O primeiro projeto do Presidente Gorbatchev enfatizava massiva importação de equipamentos, de novas máquinas, investimentos na indústria petrolífera e reorganização dos setores automobilístico e de alta tecnologia, projetos cujo tempo de maturação é relativamente longo.

Outro fator importante é que a ex-URSS teve parte de sua base agrícola paulatinamente destruída, enquanto a chinesa foi preservada, apontada neste trabalho como uma das razões para o controle inflacionário e de abastecimento interno.

A China buscou preservar o nível de emprego, promovendo políticas de emprego-sustentável. Acreditava-se que, para manter um crescimento auto-sustentado, precisava-se aumentar o número de "compradores", ou seja, aumentar a base da renda doméstica nacional. Ao contrário, o modelo de indústria pesada contribuiria com um menor número de trabalhadores em relação ao volume investido, fatores intrínsecos às próprias características do modelo.

A área política :

A reforma agrícola nos moldes em que ocorreu, dobrou a renda dos fazendeiros. Tal fator possibilitou forte apoio político dos líderes rurais às reformas adotadas. Os militares também a apoiaram na medida em que a queda da parcela sobre o PIB destinada aos gastos do setor não significou redução absoluta do volume.

Após momentos muito difíceis como "O grande passo a frente" (1958-1961) e a "Revolução Cultural" (1966-1976), o PC chinês, sobretudo espelhado nas experiências dos países vizinhos, chega a um quase consenso de que a abertura poderia ser uma alternativa diferente para o país. Em contraste, o mesmo não ocorreu com a ex-URSS.

Gorbatchev perdeu rapidamente todos os grupos sociais que o apoiariam na reforma econômica. Ainda mais, o âmbito das reformas atendia muito mais a reivindicações de cunho político, enquanto a economia entrou em colapso.

A administração econômica :

Enfatizou claramente o processo de reforma gradual, cuidadosamente seqüenciado, enquanto o caso soviético foi muito mais rápido. A China promoveu a gradual liberalização de preços de modo a não causar um rápido processo inflacionário. As autoridades tinham

muito claro que a rápida liberalização de preços num país socialista levaria rapidamente a um processo hiperinflacionário.

Quanto à privatização, esta praticamente não ocorreu, pelos motivos já apontados no capítulo 3, o que também levaria à subida de preços e causaria a quebra de diversas empresas e setores produtivos, na medida em que rapidamente deixariam de ser competitivos. Além disso, não podemos nos esquecer do papel das estatais no sistema social.

A financeira:

Através de políticas fiscal e creditícia razoavelmente apertadas, as autoridades conseguiram controlar a inflação associada ao processo de liberalização de preços. A oferta monetária foi mantida sobre controle, através de taxas de juros bastante favoráveis, porém, com condicionantes quanto à permanência do capital no país.

Desenvolveu-se um sistema de colocação de títulos de dívida pública em algumas províncias e o mercado de capitais cresceu rapidamente. Segundo o governo central, torna-se imprescindível agora desenvolver um mercado futuro no país, o que contribuiria para a estabilização dos preços das commodities, traria maior previsibilidade para os agentes e maior raio de manobra para a política governamental.

O pacote de reformas de Gorbachev procurou também cortar o orçamento militar, incentivar os investimentos externos, criando-se, nos moldes da reforma chinesa, algumas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), além de copiar outras idéias da reforma chinesa. Porém, falhou por dois motivos :

1. Foi ambivalente em relação aos benefícios ao capital estrangeiro;
2. Enfatizou a adoção errônea da seqüência das reformas que foram: a) Abertura Política Internacional; b) Política doméstica; c) Indústria pesada; d) Indústria leve; e, por último, a Agricultura. Ou seja, a ordem inversa adotada pelos chineses. Essa questão parece ser significativamente importante na medida em que o processo de descentralização do modelo socialista chinês pôde ser implementado através de total planejamento do próprio governo central, de forma gradual e controlada, ainda que ditatorial, logrando conter algumas pressões de grupos locais, fato não ocorrido no processo de abertura da ex-URSS.

Comparados os dois processos, não se pode esquecer que apenas o chinês se caracteriza por ser um modelo de reformas econômicas. O soviético, na verdade, foi uma série de políticas de tentativa de ajustes em relação ao colapso já existente. Assiste-se, ao final dos 80, a implosão do sistema econômico soviético, o que trouxe diversas dificuldades tanto internas quanto externas em relação à promoção da estabilização, atração ao capital estrangeira e à retomada do crescimento econômico.

Outra importante questão é a suposta capacidade da ex-URSS adotar uma estratégia econômica semelhante à chinesa. As condições históricas de cada um, o grau de envolvimento totalmente diferenciado na Guerra Fria, características institucionais internas e questão geográfica trariam dificuldades para que ambos obtivessem resultados semelhantes caso implementassem o mesmo modelo de reformas.

CONCLUSÃO

Em 1978 a China implementou um conjunto de reformas que iria mudar significativamente suas estruturas agrícola, industrial, comercial e financeira.

O país passava por sérios problemas de escassez de alimentos, já que a produção agrícola crescia há anos a taxas inferiores da própria população. A estratégia de promoção da auto-suficiência regional de alimentos imposta no período da Revolução Cultural (1966-1976) causou grande perda de produtividade e escala do plantio agrícola.

A estrutura agrária estava portanto bastante concentrada no governo central. A nova política visava justamente maior descentralização da tomada de decisões, descoletivização da produção agrícola, maior liberdade de escolha local do que deveria ser produzido, estimular um processo de forte incremento de produtividade no campo e instituir a repartição de lucros entre os produtores, esta ainda inusitada num sistema socialista.

Já a política industrial vigente buscava completar a todo custo a implantação do setor de base no país, o que, diante de forte estrangulamento externo, obrigou o governo reverter suas políticas industrial e comercial. Outra importante questão era a crescente ameaça do Japão e dos NICs asiáticos, países que cresciam muito rapidamente e conquistavam importantes fatias no comércio internacional.

Assim, a nova política industrial estava voltada para os setores geradores de divisas, onde o governo central não precisasse dispendar grande volume de recursos para viabilizá-la. O capital estrangeiro deveria participar ativamente desse processo na medida em que entrava no país para produzir os bens onde as “vantagens comparativas” eram explícitas.

A política comercial também foi claramente alterada, de modo a compatibilizar-se com a industrial.

O presente trabalho teve como principal objetivo investigar os principais fatores, de ordens interna e externa, indutores do crescimento autosustentado e do incremento de produtividade da economia chinesa, durante o período de 1978 a 1992, justamente quando o mundo capitalista apresentou significativa queda das taxas médias de crescimento.

Procurou-se também mostrar quais os diversos fatores indutores do relativo sucesso das reformas agrícola, industrial, comercial e financeira. São eles principalmente todo o

conjunto institucional existente no país no momento do início da implementação das reformas, tais como a estrutura da propriedade chinesa, a estrutura de rendas, significativamente igualitária em relação a outros países emergentes, a instituição política autoritária e centralizadora governamental e sua própria disposição do mesmo para instituir as reformas.

Ainda dentro das condições internas, a estrutura de preços, a tributária, fiscal e social, esta última essencial para a manutenção relativamente estável do salário real, parecem ter recebido forte influência das políticas industrial, comercial e financeira, sobretudo no que diz respeito à estratégia de promover maior abertura econômica.

Com relação ao objetivo de promoção de crescimento com estabilização para os países em desenvolvimento, o Consenso de Washington propõe regras claras, tais como a queda do intervencionismo estatal nas decisões econômicas, atribuindo ao mercado tal papel. Propõe também forte ajuste das contas públicas através da implementação de amplo processo de privatizações, retirada dos subsídios ao setor produtivo, forte desregulamentação, abertura ao comércio internacional, com extinção das restrições quantitativas e drástica redução das alíquotas de importação, e, por último, abertura do país ao mercado financeiro internacional, objetivando com isso atrair influxos de capitais.

Os determinantes externos são de fundamental importância. A posição geográfica do país, próximo do Japão e dos NICs asiáticos apresenta-se como um forte estímulo ao upgrade tecnológico da estrutura produtiva chinesa, dentro de um contexto de crescente internacionalização financeira e produtiva e formação de blocos econômicos regionalizados.

O mundo capitalista passa, mais significativamente a partir dos 70, por um processo de intensificação da internacionalização produtiva e financeira. Durante os 80 e primeira metade dos 90, esse processo torna-se ainda mais evidente com a constituição e consolidação de áreas regionais economicamente integradas, tais como a CEE, o NAFTA, o Mercosul e o Bloco Andino e os países do Leste Asiático.

Do ponto de vista estratégico empresarial, tal fato promove um grande movimento de internacionalização, profunda realocação de recursos em direção dos países cujas vantagens internas tornaram-se mais explícitas após sua integração em determinado bloco. O bloco asiático possui um caráter substancialmente importante na medida os produtos ali

produzidos visam sobretudo o mercado ocidental europeu, norte-americano e latino-americano, além é claro do forte comércio intra-regional complementar existente entre os NICs e a China e entre bens de capital japoneses com bens finais dos demais países.

Procurou-se também mostrar que o papel do Estado no processo de reformas implementadas foi fundamental para a consolidação de um crescimento associado sobretudo à manutenção da soberania nacional e da distribuição mais igualitária da renda, pressupostos básicos do sistema socialista.

BIBLIOGRAFIA.

ANDERSON, P. “China’s Economic growth” in: Review of Marketing and Agricultural Economics, Nova York, volume 58, No 1, abril 1990.

BALASSA, B. *The Newly Industrializing Countries in the World Economy.* Oxford, Pergamon b. 1981.

CANO, W. *Brasil: Crise e Alternativas ao Neoliberalismo.* Campinas, mimeo, 1995.

CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional,* Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

CANUTO, O. *Brasil e Coréia do Sul: Os (des)caminhos da industrialização tardia.* Nobel, São Paulo, 1994.

CARTER, C. e ZHONG, Fu-Ning. “Will market Prices Enhance Chinese Agriculture?” in Western Journal of Agricultural Economics, volume 16, Nº 2, dez/1991. pp. 417-426.

FAJNZYLBER, F. *La Industrialização Trunca de America Latina.* Nueva Imagem, México, 1983.

FMI. *China at Threshold of a Market Economy, Occasional Paper Nº 107.* FMI Publication Service, Washington DC, 1993.

FMI. *China: Economic Reform and Macroeconomic Management Economy, Occasional Paper Nº 76.* FMI Publication Service, Washington DC, 1991.

FOLHA DE SÃO PAULO. Diversos artigos coletados do banco de dados em CD-ROM-1994.

FORTUNE, 26/06/1995, Nº 12. “The Death of Hong Kong” pp. 44-62.

FRENKEL, R., FANELLI, J. M. e ROSENWURCEL, G. “Growth and Structural Reform in Latin America”. Texto preparado para a conferência sobre O papel

estatal e do mercado em economias em desenvolvimento, pela USP. São Paulo, 25-26/out/1990.

GAZETA MERCANTIL. Diversos números, artigos sobre conjuntura internacional.

HARDING, H. *China's Second Revolution - Reform after Mao*. Brookins Institution, Washington DC, 1987.

International Journal of Strategic Management. Long Range Planning - Special issue : *Corporate Strategies for Asia Pacific*, Vol 28, fevereiro, 1995. Elsevier Science, Londres/Tokio/ Nova York.

ISSUES & STUDIES. Jorunal of Chinese Studies and International Affairs. Institute of International Relations, Taipei. vol 29, Nº 7, junho, 1993.

JEFFERSON, G. H. e RAWSKI, T. “How Industrial Reform worked in China” in: WORLD BANK. Annual Conference on Development Economics, WB Economic Review, Washington DC, 1994.

KANG, D. “South Korean and Taiwanese development and new institutional economics” in: *International Organization*, volume 49, Nº 3, jan/fev/mar, 1995. MIT press, 1995.

MACEDO, M.M. *Experiências de Planejamento em Contextos de integração Econômica*. Tese de Doutorado - Instituto de Economia, Unicamp. Campinas, junho de 1994.

MCKINNON, R.I. “Gradual versus Rapid Liberalization in Socialist Economies: The Problem of Macroeconomic Control.” in: WORLD BANK. Annual Conference on Development Economics, WB Economic Review, Washington DC, 1993.

OLIVEIRA, A. P. “O Universo chinês marca sua Presença” in: Boletim de Conjuntura Internacional, Seplan. Brasília, maio de 1993.

OLIVEIRA, A. P. *Cartas De Cingapura*. Instituto de Estudos Avançados (IEA) USP. diversos números - 1993-1994.

OVERHOLT, W. H. *China - The Next Economic Superpower*. Orion, Londres, 1993. Publicado nos EUA sob o título "The Rise of China."

POLÍTICA EXTERNA. Volume 1, Nº 4, mar-abr-mai, 1993. Artigo: ZEMIN, Jiang. "A Economia Socialista de Mercado." pp. 164-181.

POLÍTICA EXTERNA. Volume 3, Nº 1, jun-jul-ago, 1994. Artigo: CARDOSO, E. et al. Capitalismo Vermelho: Crescimento e inflação na China.

POLÍTICA EXTERNA. Volume 3, Nº3, dez-jan-fev, 1994-95. Artigo: CONDE, Carlos. "Diálogo com Pequim." pp. 125-131.

RISKIN, C. *China's Political Economy - The Quest for Development since 1949*. Oxford University Press, New York, 1987.

TEIXEIRA, A. e FRENKEL, R. "A nova política Industrial está fundada em equívocos e ilusões" in: Gazeta Mercantil de 25/09/90. (Banco de Dados).

TEIXEIRA, A. *O Ajuste Impossível*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia-Unicamp. 1993.

THE ECONOMIST. Diversos números.

THE WALL STREET JOURNAL. Suplemento especial: "China: Cracking the China Market". 10/12/93.

TIDRICK, G. e JIYUAN, C. *China's Industrial Reform*. World Bank Research Publication, Washington DC, 1987.

TORRES FILHO, E.T. "O Mito do Sucesso: Uma análise da Economia Japonesa no Pós-guerra(1945-1973)" - Texto para discussão Nº 37 - IEI - UFRJ, Rio de Janeiro, 11/1983.

WORLD BANK. World Data - CD-ROM com indicadores sócio-econômicos. 1994.